



CERMOFUL

Cooperativa Fumacense de Eletricidade

Relatório Administrativo 2016



ÍNDICE

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO	6
CARTA DO PRESIDENTE	7
CONJUNTURA ECONÔMICA	8
Tarifas de energia	8
Investimento remunerável	8
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	9
Número de consumidores	9
Comportamento do mercado	9
Mercado Atendido	10
Balanço Energético	10
Consumo por classe de consumidores	11
Receita	11
Receita líquida por classe de consumidores	11
Tecnologia da informação	13
Novos negócios e parcerias	13
Investimentos	15
Captações de recursos	15
Valor adicionado	15
Composição acionária	15
Comportamento do preço das quotas	15
Atendimento a associados	16
Relações com o mercado	16
Composição das quotas de capital social	17
GESTÃO	17
Planejamento empresarial	17
Recursos humanos	18
Responsabilidade social	18
Permissionária em números	18
Área de permissão	20
DESEMPENHO COMERCIAL	21
Serviços executados	21
Subestações	21
Alimentadores	21
Troca de medições	21
Vistórias	21
Plantão	21
Balanço energético - Janeiro a dezembro/2016.	21
PLANO DE ATIVIDADES – 2017	22
Distribuição	22
Transformadores	22
Comercialização	22
Administração	22
AUDITORES INDEPENDENTES	22
AGRADECIMENTOS	22
BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO	23
BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO	24
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS	26
DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL	27
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA	28
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA- DFC	30
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE E DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTARIAS	31
DEMONSTRAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DAS SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO DE 2016	32
NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETARIAS	33
1. Contexto operacional	33
2. Das permissões	33
3. Apresentação das demonstrações contábeis	33
4. Principais práticas contábeis	34

5. Caixa e equivalentes de caixa	36
6. Consumidores	36
6.1. Composição das contas a receber	36
6.1.1 Circulante	36
7. serviços em curso	38
8. Tributos a compensar	38
8.1. Circulante	38
8.2. Não circulante	38
9. Estoques	38
10. Ativos financeiros setoriais	38
11. Despesas pagas antecipadamente	39
12. Outros ativos circulantes	39
13. Depósitos judiciais	39
14. Ativo reversível	39
15. Investimentos	40
16. Intangível	40
16.1 Obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica	41
16.2 – ITG 10 - Custo atribuído	41
16.3 - ITG 01 - Contratos de concessão/permissão	41
16.4 - Redução ao valor recuperável - <i>Impairment</i>	41
17. Fornecedores	42
18. Empréstimos e financiamentos	42
18.1. Circulante	42
18.2. Não circulante	42
19. Folha de pagamento	43
20. Tributos	43
20.1 Circulante	43
20.2 Não circulante	44
21. Provisões para litígios	44
22. Encargos setoriais	45
23. Passivos regulatórios	46
24.1 Outros passivos circulantes	46
24.2 – Outros passivos não circulantes	46
25. Obrigações vinculadas à permissão do serviço público	46
26. Patrimônio líquido	47
26.1 Capital social	47
26.2 Ajuste de avaliação patrimonial	47
26.3 Reservas de sobras	47
26.4 Sobras a distribuir	48
26.5 Aplicação do ICPC 14 - Cota de cooperados em Entidades Cooperativas	48
27. Receita operacional	48
27.1. Fornecimento de energia elétrica	49
27.2. Ativos e passivos regulatórios	49
27.3. Serviços cobráveis	49
27.4. Doações, contribuições e subvenções ao serviço concedido	49
27.5. Outras receitas operacionais	50
28. Deduções da receita operacional	50
29. Energia elétrica comprada para revenda	50
30. Despesas operacionais	50
30.1. Despesas de pessoal	50
30.2. Outras despesas operacionais	51
30.3. Gastos diversos	51
30.4. Outras despesas	51
31. Resultado financeiro	52
31.1 Receitas financeiras	52
31.2 Despesas financeiras	52
32. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social	52
32.1. Sobras antes IR e CSLL	53
33. Participação nos resultados	53
34. Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados	53

35. Transações com partes relacionadas	53
36. Instrumentos financeiros	53
37. Demonstrações do resultado do exercício segregado por atividade	54
37.1. Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações por Unidades de Negócio:	55
37.2 Conciliação das demonstrações de resultado:	55
38. Programa de recuperação fiscal - REFIS	55
39. Seguros	55
40. Eventos subsequentes	56
ATA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	57
EDITAL DE CONVOCAÇÃO	60
PARECER DO CONSELHO FISCAL	61
PARECER DE AUDITORIA - SOCIETÁRIA	62
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	65
PARTICIPAÇÕES	71
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO	71
DISTRIBUIÇÃO	72
Ligação de consumidores	73
Número de consumidores	74
Comportamento do mercado	74
Receita	76
Número de consumidores	77
Tarifa	78
Qualidade do fornecimento	78
DEC e FEC CERMOFUL 2016	78
Atendimento ao consumidor	79
Tecnologia da informação	79
Novos negócios	79
Participações da CERMOFUL:	79
DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO	80
Sobras	80
Investimentos	81
Evolução e projetos de investimento	82
Valor adicionado	82
Política de reinvestimento e distribuição de dividendos	83
Composição do capital	83
Comportamento do preço das cotas partes	83
Atendimento aos associados	83
Relações com o mercado	84
GESTÃO	84
Administração	84
Planejamento empresarial	84
Gestão pela qualidade total	84
Recursos humanos	85
Responsabilidade social	85
Permissionária em números	85
AUDITORES INDEPENDENTES	86
AGRADECIMENTOS	86
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	88
PARTICIPAÇÕES	127

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

ASSOCIADOS

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades no exercício de 2016.

Em conjunto com as demonstrações contábeis societária e regulatórias elaboradas em conformidade com a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que rege as atividades cooperativas no Brasil, legislação societária brasileira, e Manual de Contabilidade do setor elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Cermoful para a sociedade parceiros associados e consumidores.

Ata da reunião do conselho de administração que estabeleceu as diretrizes para as estimativas e provisões aplicadas ao balanço societário.

Ata da assembleia geral ordinária que aprovou as informações contábeis referentes ao exercício de 2016.

Publicação na home-page www.cermoful.com.br para acesso de associados, consumidores e sociedade forma a consolidar a transparência da gestão.

CARTA DO PRESIDENTE

CENÁRIO

A Cooperativa Fumacense de eletricidade - Cermoful manteve sua atuação no segmento de distribuição de energia elétrica, ampliando seus conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados nos 53 anos de sua existência.

O contrato de permissão para distribuição de energia elétrica nº 040/2010, de 30 de julho de 2010, representa a continuidade e regulamentação da empresa em nossa área de atuação garantindo a modicidade tarifária aos associados e consumidores.

O prazo de vigência do contrato de permissão é 30 (trinta) anos com cláusula contratual de prorrogação por igual período o que expressa uma conquista significativa do cooperativismo brasileiro instituída pela Lei nº 12.111 de 09/12/2009.

Em 2016, O mau desempenho da economia na área da permissão teve um reflexo negativo sobre a demanda por energia elétrica, com destaque para o setor industrial com uma redução de 10,88% com relação à 2015. O consumo do setor industrial e o mais representativo, atingindo o patamar de 59,62 GWh (66,90 GWh em 2015).

O consumo do setor industrial continua ainda o maior representando 59,62% de toda a energia comercializada pela permissionária em 2016.

A recuperação do sistema elétrico de distribuição teve sua conclusão realizada conforme o plano de metas aprovado nas últimas assembleias gerais garantindo a qualidade do fornecimento e o bom relacionamento com os associados consumidores.

O exercício social registrou uma redução nas tarifas de aplicação resultante do efeito financeiro das bandeiras tarifárias não recolhidas.

A administração promoveu de forma igualitária o desenvolvimento aos associados e consumidores de sua área de atuação com objetivo manter melhores perspectivas sociais.

O conselho de administração vem revendo periodicamente as disposições do planejamento estratégico em vigência.

CONJUNTURA ECONÔMICA

Ambiente macroeconômico

O ambiente econômico global no ano de 2016 apresentou crescimento inexpressivo apontando conforme a Organização das Nações Unidas (ONU) prevê uma modesta recuperação da economia global em 2017 e 2018, mas destaca que a volta de um crescimento sustentável continua difícil de ser alcançado por causa da escassez de investimentos, da fragilidade do comércio mundial e de uma desaceleração da produtividade laboral.

A economia mundial expandiu 2,2% no ano passado, a mais baixa taxa de crescimento desde a grande recessão global de 2009. Estima-se que o Produto Interno Bruto (PIB) mundial aumente em 2,7% em 2017.

A melhora moderada dos indicadores sinaliza mais uma estabilização econômica do que uma retomada robusta e sustentável da economia internacional.

Entre as incertezas nas relações internacionais que podem impactar as previsões de recuperação econômica figuram as prováveis mudanças nas áreas de comércio global, imigração e mudança climática do governo do novo presidente norte-americano Donald Trump.

Em 2016 pode se afirmar que no Brasil a crise iniciada em 2015 teve continuidade sustentada na falta de credibilidade do governo e os conflitos políticos que resultaram em diversos eventos que afetaram o comportamento da economia.

O combate à inflação sustentado na manutenção das altas taxas de juros foi determinante a retração dos investimentos resultando em redução do PIB no ano de 2016.

O Seguro Desemprego criou uma espécie de colchão para as pessoas que estão sendo demitidas e por isso, os reflexos nefastos do desemprego ainda não foram sentidos em sua plenitude ativa ameaça ao crescimento e liquidez do mercado interno.

O endividamento da população combinado com a alta taxa de desemprego representa uma evidencia a possibilidade da convulsão social.

Tarifas de energia

As tarifas de fornecimento atuais em vigor estabelecidas na resolução homologatória Aneel nº 2.143 de 27 de setembro de 2016 permanecem até o reajuste tarifário previsto para 30 de setembro de 2017.

Investimento remunerável

A base de remuneração é constituída pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e almoxarifado de operação, deduzida às obrigações vinculadas ao serviço público de energia elétrica (obrigação especial), resultando no investimento remunerável diminuído da cota de depreciação que compõe a parcela “B” da receita requerida pela permissionária, dados demonstrados em nota explicativa.

A natureza jurídica cooperativas determina uma variável significativa na base de remuneração, considerando que são sociedades regidas por lei específica a que se observar o disposto no texto da Lei nº 5.764/71 de 16 de dezembro de 1971:

“Art. 3º Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro”.

A característica sem fins lucrativos é uma determinante do princípio cooperativista que consolida o atendimento prioritário ao interesse social.

DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Cermoful - Cooperativa Fumacense de Eletricidade distribui energia elétrica no município de Morro da Fumaça com poligonais envolventes no município de Criciúma, Cocal do Sul, Içara, Urussanga e Pedras Grandes, atendendo 13.387 associados consumidores em sua área de permissão. Não atendendo consumidores livres. As áreas atendidas indicam para o município de Morro da Fumaça 78,727 km², Criciúma 27,162 km², Cocal do Sul 5,375 km², Içara 10,951 km², Urussanga 3,347 km² e Pedras Grandes 13,942 km².

Ligação de consumidores - foram realizadas, no ano de 2016, 460 novas ligações, 557 religações de unidades consumidoras que estavam desativadas da rede e 724 desligamentos definitivos. Com destaque para as 460 ligações novas que foram: 224 residenciais, 29 comerciais, 03 rurais, 201 industriais, 01 poder público e 02 serviços públicos; totalizando 13.387 consumidores atendidos pela permissionária, número 2,24% superior ao ano de 2015.

Número de consumidores

Classe	2012	2013	2014	2015	2016
Residencial	9.132	9.420	9.799	10.476	10.683
Industrial	489	552	659	739	798
Comercial	898	957	978	1.052	1.066
Rural	671	710	719	717	728
Poderes públicos	98	88	90	91	91
Iluminação pública	6	6	6	6	6
Serviço público	12	12	14	13	15
Total	11.306	11.745	12.265	13.094	13.387
Variação	2,66%	3,88%	4,43%	6,76%	2,24%

Comportamento do mercado

A distribuição de energia da Cermoful no período de janeiro a dezembro de 2016 foi de 107,16 GWh (112,95 GWh em 2015).

Registrou-se no exercício redução no consumo da permissionária sendo o segmento do mercado que mais contribuiu para esse resultado foi o industrial. As demais classes mantiveram o consumo apresentado em 2016. A classe industrial apresentou redução de 10,88% no consumo de energia elétrica, o que mostra que esse setor continuou com problemas no último ano. O mau desempenho deve-se, principalmente, a crise econômica que assola o país nos dois últimos exercícios.

A classe residencial apresentou evolução com um crescimento de 5,09%.

Mercado Atendido

GWh	2012	2013	2014	2015	2016
Energia Faturada	96,75	104,25	116,22	112,95	107,16
Fornecimento	96,75	104,25	116,22	112,95	107,16
Residencial	21,43	22,45	23,90	24,77	26,03
Industrial	56,80	62,77	71,39	66,90	59,62
Comercial	10,91	11,17	12,32	12,08	12,11
Rural	2,84	2,94	3,37	3,20	3,33
Poderes Públicos	0,70	0,71	0,81	0,81	0,83
Iluminação Pública	3,95	4,08	4,29	5,03	5,08
Serviço Público	0,12	0,13	0,14	0,16	0,16
Total	96,75	104,25	116,22	112,95	107,16
Varição	7,29%	7,75%	11,48%	(2,81)%	(5,13)%

As perdas totais de energia sobre a energia requerida apresentou um pequeno aumento em 2016 para 2015. Esta situação ocorre em função de divergência em calendário de leitura.

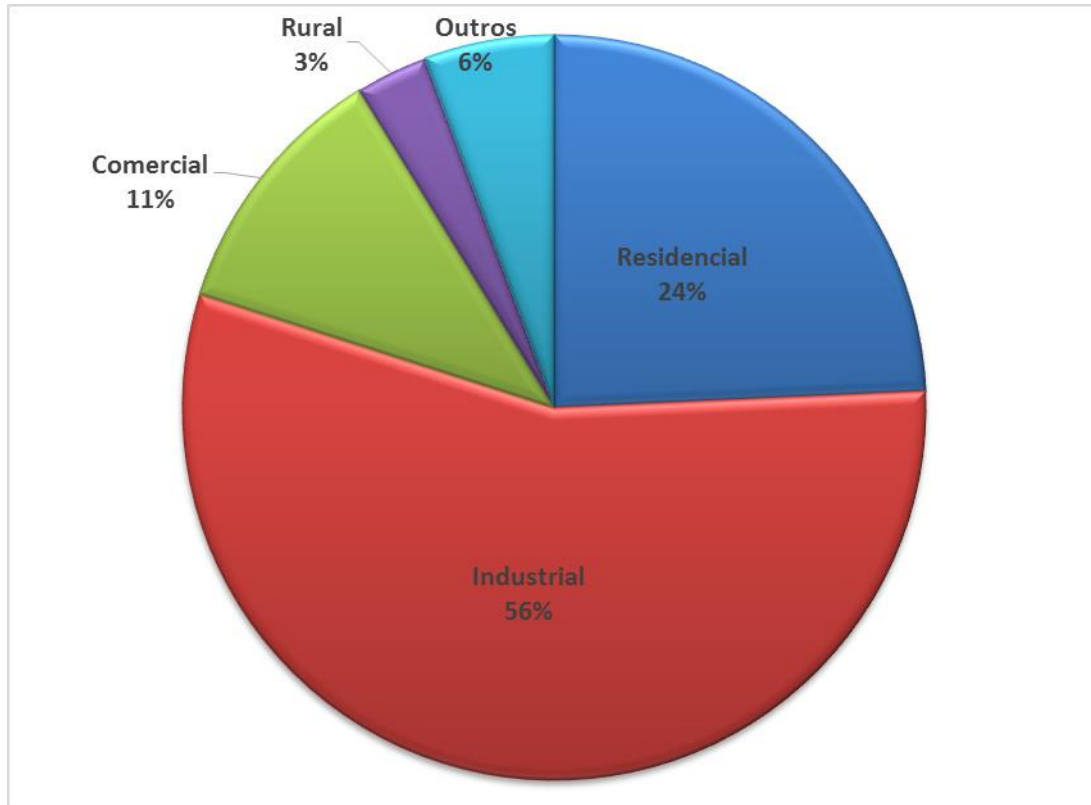
Balço Energético

Energia Requerida	2012	2013	2014	2015	2016
Venda de Energia					
Fornecimento	96,75	104,25	116,22	112,95	107,16
Consumidores livres	-	-	-	-	-
Energia contratual	-	-	-	-	-
Energia de curto prazo	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	96,75	104,25	116,22	112,95	107,16
Perdas Técnicas	4,60	5,36	5,57	4,12	4,51
Perdas Não Técnicas PNT	1,06	1,10	1,10	1,12	1,23
Perdas Totais	5,66	6,46	6,67	5,24	5,74
PT /Energia Requerida	5,53	5,84	5,43	4,43	4,08
Total	102,41	110,71	122,89	118,19	112,90



Consumo por classe de consumidores

CONSUMO EM GWH

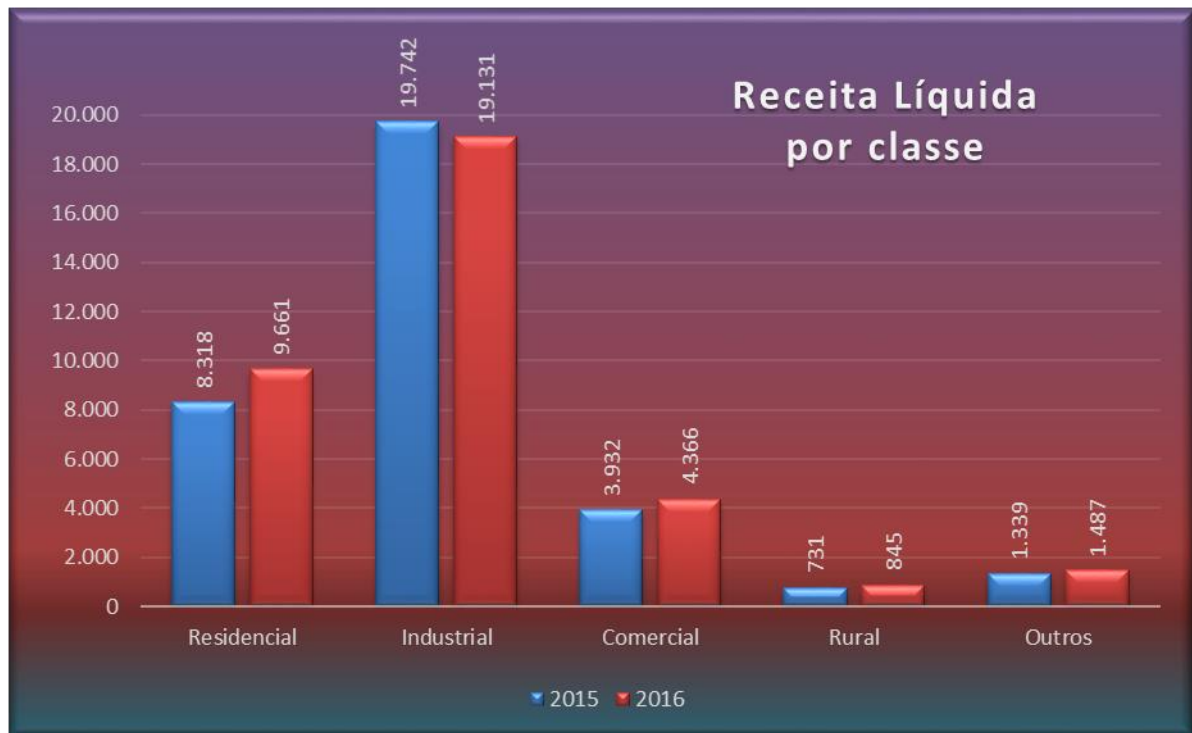


Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 35.490 mil, conforme quadro a seguir:

Classe	Receita líquida em R\$ mil		
	2015	2016	%
Residencial	8.318	9.661	16,15
Industrial	19.742	19.131	-3,09
Comercial	3.932	4.366	11,04
Rural	731	845	15,60
Outros	1.339	1.487	11,05
Total	34.062	35.490	4,19

Receita líquida por classe de consumidores



Número de consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2016 apresentou um crescimento de 2,24 % sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Classe	2015	2016
Residencial	10.476	10.683
Industrial	739	798
Comercial	1.052	1.066
Rural	717	728
Outros	110	112
Total	13.094	13.387
Varição	6,76%	2,24%

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2016, atingiu R\$ 331,21/MWh, com aumento de 8,95% com relação a dezembro de 2015.

Classe	Tarifa média de fornecimento	
	2015	2016
	R\$/MWH	R\$/MWH
Residencial	335,79	371,22
Industrial	295,05	320,89
Comercial	325,48	360,46
Rural	229,26	253,83
Outros	288,09	315,39
Média	301,58	331,21

A tarifa bruta da concessionária está apresentada sem o valor dos impostos aplicados a cada classe de consumo

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	Dec (horas)	Fec (interrupções)	Tempo de espera (horas)
2012	5,64	5,89	0,34
2013	11,75	6,6	0,37
2014	4,96	6,79	0,41
2015	2,47	3,37	0,44
2016	2,78	3,02	0,42

Atendimento ao consumidor - Foi lançado em 2015 o programa de recuperação e ampliação do sistema de distribuição, que tem o objetivo de, em 3 anos, transformar todo o sistema de distribuição em circuitos trifásicos. Com este empreendimento e investimentos de R\$ 1.751 mil, a Cooperativa atingirá 100% de redes trifásicas em sua área de permissão.

Tecnologia da informação

Os negócios de uma permissionária de energia dependem de soluções adequadas de tecnologia da informação, a qual dá suporte a praticamente tudo o que a permissionária faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Em 2016, foram mantidos os sistemas operacionais e realizadas as atualizações necessárias.

Novos negócios e parcerias

No novo ambiente empresarial e de mercado em que a Cermoful opera, é fundamental assegurar maior competitividade e melhor qualidade, assim como o atendimento de novas necessidades dos consumidores.

No entanto como a permissionária tem sua área de atuação pequena e toda eletrificada tem voltado seus esforços para o bem estar de seus associados.

Participações:

Empresas	Investimento (em R\$ Mil)	Participação da permissionária (em %)	Negócio
Sicoob	291	*	Investimentos
Fecoerusc	4	*	Associação
Sicredi	3	*	Investimentos
TOTAL	298	*	*

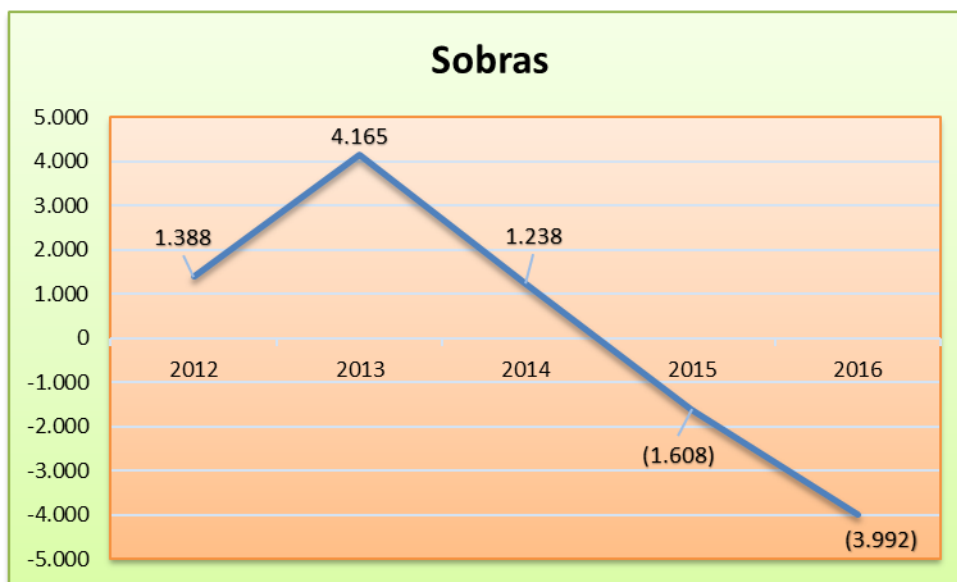
A participação não é caracterizada em percentagem visto que a lei 5.764/71 rege estas entidades associativas.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2016 a permissionária apurou perdas no valor de R\$ 3.992 mil, contra perdas de R\$ 1.608 mil em 2015.

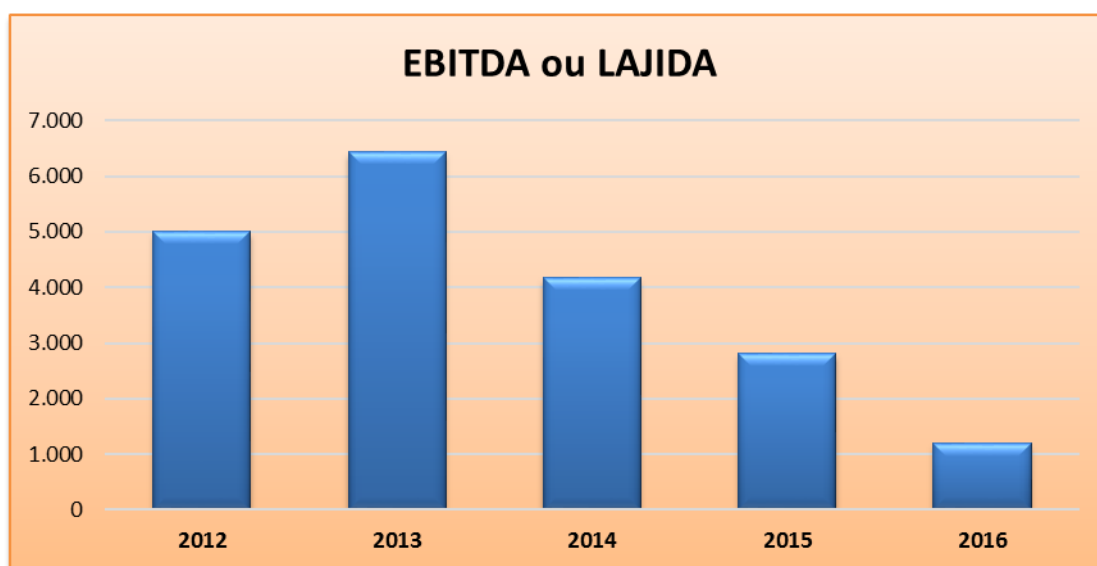
Atendendo ao disposto no artigo 52 do estatuto social parte das perdas foram abatidas do fundo de reserva legal constituído para tal fim e o restante levado a apreciação da assembleia com a sugestão de que sejam abatidas do fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição.

A receita operacional líquida atingiu R\$ 32.810 mil, enquanto em 2015 situou-se em R\$ 35.325 mil. Essa redução de 7,12 % ocorrida no exercício 2.016 advem de redução de mercado. As sobras e perdas dos últimos 05 (cinco) exercícios apresentam-se conforme evolução abaixo.



As despesas operacionais totalizaram em 2016 R\$ 34.280 mil, 3,24% inferiores em relação à 2015, destacando-se a redução no custo de operação com 8,67%. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de (26,70)% contra (8,19)% em 2015.

O **EBITDA ou LAJIDA**, sobra antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 1.195 mil, inferior em 57,40% a 2015, que foi de R\$ 2.815 mil, conforme evolução abaixo:



Fonte: Departamento de contabilidade - CERMOFUL (2016).

Investimentos

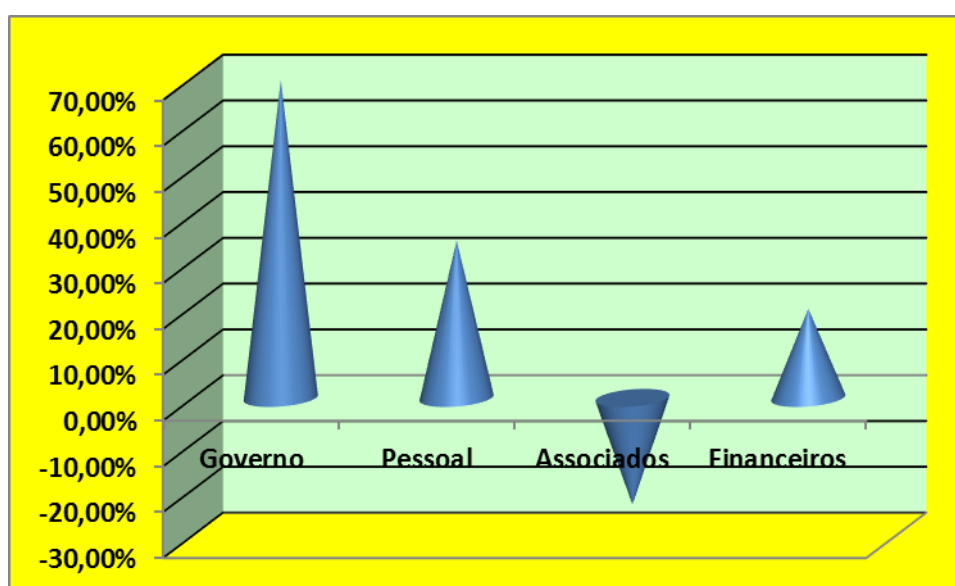
No exercício os investimentos da Cooperativa, importaram em R\$ 1.740 mil, 13,22% inferiores em relação a 2015, Todos aplicados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Cooperativa estima um investimento total de R\$ 5.204 mil.

Captações de recursos

Para viabilizar o programa de investimentos do ano, a permissionária captou um total de R\$ 1.740 mil em recursos de oriundos da quota de reintegração e fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição.

Valor adicionado

Em 2016, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela permissionária foi de R\$ 17.147 mil, representando 33,70% da receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



Política de reinvestimento e distribuição de sobras

Aos associados é garantido estatutariamente a decisão sobre as sobras líquidas apuradas e perdas quando ocorrer.

Entretanto como ocorreu perdas no exercício a permissionária atendendo a legislação cooperativista e estatuto social abateu o resultado negativo do fundo de reserva legal constituído para este fim.

Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social da permissionária era de R\$ 10.695 mil, composto por 10.695 mil quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Comportamento do preço das quotas

De janeiro a dezembro de 2016, as quotas mantiveram os preços estabelecidos na reforma estatutária realizada no dia 27 de março de 2014 estabeleceu em seu artigo 15º aumento ao capital mínimo a ser subscrito e integralizado por novos associados.

Atendimento a associados

Como empresa transparente, moderna e aberta, a permissionária mantém a disposição dos seus associados consumidores, serviço de atendimento, instalado na sede social, sito a Rua Prefeito Paulino Biff, 151 – Morro da Fumaça – SC.

Os mesmos serviços estão disponíveis também pelos telefones: 0800-6432616 e 48-34348100, com atendimento 24 horas.

Relações com o mercado

Ao longo do ano, a cooperativa atendeu seus associados consumidores com serviços sociais. E também realizou assembleia geral na forma estabelecida no estatuto social.

RELAÇÃO COM ASSOCIADOS

Política de reinvestimento e distribuição de sobras

Estatutariamente é garantido aos associados à destinação das sobras líquida do exercício.

Composição das quotas de capital social

Número de associados	
Total de associados em dezembro de 2015	14.427
(+) Admitidos em 2016	1.074
(-) Demitidos em 2016	19
(-) Eliminados em 2016	-
(-) Excluídos em 2016	18
Total	15.464

O capital social da permissionária em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 10.695 Mil, composto por 10.695 Mil quotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

	Legislação Societária	
	2016	2015
Capital subscrito	10.700	10.701
(-) Capital a realizar	5	13
Total	10.695	10.688

GESTÃO

Administração:

A Cermoful mantém sua estrutura organizacional, em conformidade com os parâmetros do novo modelo institucional do setor elétrico e os novos cenários da economia brasileira. A medida atende às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A intenção da ANEEL é assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de venda de energia elétrica para garantir aos consumidores que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial

O êxito que a permissionária vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial. O planejamento que a permissionária executa é monitorando constantemente e para obtenção de êxito seu processo de adaptação às mudanças no setor elétrico são revistas periodicamente.

A permissionária define suas ações com base no planejamento estratégico por meio de cenários alternativos.

Essa decisão administrativa proporciona o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial da unidade criando um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças ambientais.

Tendências identificadas serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das unidades de negócios para os horizontes de curto e médio prazo.

A visão facilitada pelo planejamento possibilitou que a permissionária suportar as variações de mercado e tarifaria ocorrida no exercício.

Gestão pela qualidade

Em 2016, as atividades relacionadas com a Gestão compreenderam a manutenção da Certificação da ISO 9.001 a todos os setores da permissionária.

Recursos humanos

Em 2016 a permissionária investiu R\$ 115 em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados.

O investimento resultou em manutenção do quadro de empregados da permissionária que continua sem alteração nos último ano.

Responsabilidade social

A permissionária continua a priorizar seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

O detalhamento destas atividades e projetos está sendo apresentado em nossa Demonstração Contábil Socioambiental.

Permissionária em números

Dados operacionais	2016	2015	%
Linhas de distribuição (km)	596,80	581,93	2,56
Capacidade instalada (MVA)	53,42	49,97	6,90

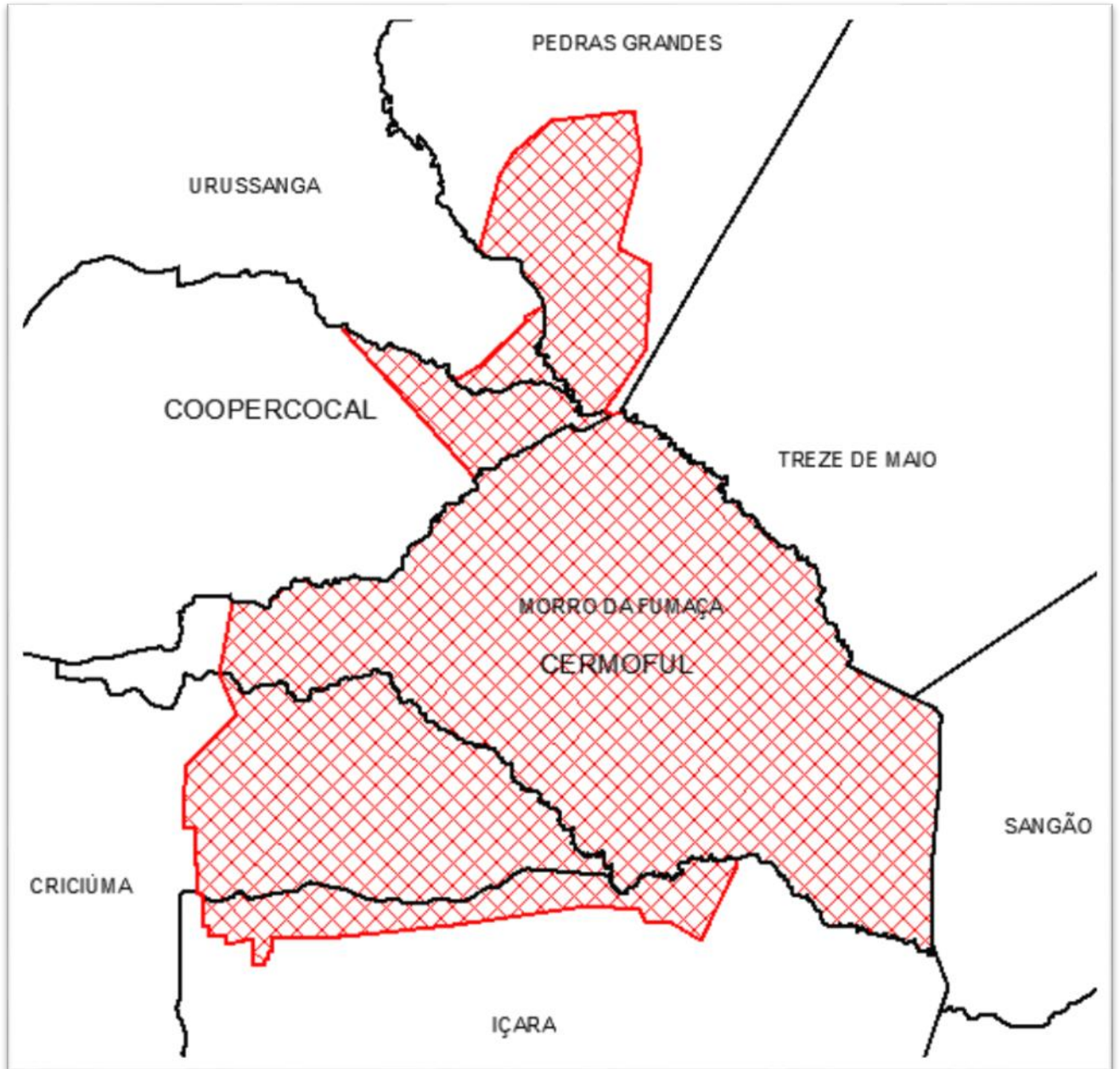
Atendimento	2016	2015	%
Número de consumidores	13.387	13.094	2,24
Número de empregados	54	51	5,88
Número de consumidores por empregado	248	257	(3,44)
Número de postos de atendimento	1	1	-

Indicadores de desempenho	2016	2015	%
Salário médio dos funcionários em R\$ (mil)	4,72	4,56	3,51
Energia comprada por funcionário em MWH	2.213,73	2.317,45	(4,48)
Energia comprada por consumidor em MWH	8,43	9,03	(6,57)

Mercado	2016	2015	%
Área de permissão (Km ²)	139,05	139,05	0,00
Demanda máxima (MW)	23,03	26,00	(11,42)
Distribuição direta (MWh)	107.164	112.948	(5,12)
Consumo residencial médio (MWh/ano)	2,17	2,36	(8,10)
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	331,21	301,58	9,82
Total (exceto curto prazo)			
Residencial	371,22	335,79	10,55
Industrial	320,89	295,05	8,76
Comercial	360,46	325,48	10,75
Rural	253,83	229,26	10,72
Poderes públicos	391,17	356,52	9,72
Iluminação pública	218,26	199,20	9,57
Serviços públicos	336,73	308,54	9,14
DEC (horas) – Conjunto – Lauro Müller	2,78	2,47	12,55
FEC (nº de interrupções) – Conjunto – Morro da Fumaça	3,02	3,37	(10,39)
População atendida – Rural (em milhares)	46,88	44,2	6,06
Número de reclamações para 13.387 consumidores	1.128	1.519	(25,74)

Dados financeiros	2016	2015	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	50,885	49.878	2,02
Receita operacional líquida (R\$ mil)	32,810	35.325	(7,12)
Margem operacional do serviço líquida (%)	(12,17)	(4,55)	167,35
EBITDA ou LAJIDA	1.195	2.805	(57,40)
Sobras líquidas (R\$ mil)	(3.992)	(1.608)	148,26
Sobras líquidas por lote de 1000 quotas (R\$ mil)	(3,99)	(1,61)	148,26
Patrimônio líquido (R\$ mil)	14,953	19.622	(23,79)
Valor patrimonial do lote de mil quotas (R\$ mil)	14,95	19,62	(23,79)
Rentabilidade do patrimônio líquido	(26,69)	(8,19)	(225,78)
Endividamento do patrimônio líquido	276,92	181,33	52,72

Área de permissão



DESEMPENHO COMERCIAL

Serviços executados

Redes de distribuição	Redes novas	
	Alta tensão	Baixa tensão
Área de atuação	8,15	22,63

Subestações

Municípios	Transformadores	
	Implantados	Substituídos
Área de atuação	46	29

Alimentadores

As atividades planejadas que permite atender todas as normas de controle de qualidade a escolha visando a melhor alternativa de expansão, melhoria e confiabilidade do sistema de distribuição de energia elétrica e no atendimento dos consumidores foram realizadas ao longo do exercício.

Os serviços de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de distribuição foram executados com equipes especializadas, própria e eventualmente de terceiros melhorando os índices de qualidade no sistema de distribuição de energia elétrica.

Troca de medições

No período foram executados 328 serviços de troca de medição sem que os custos de mão de obra fossem repassados ao associado.

Vistorias

O serviço de vistorias e troca de medições nas unidades consumidoras é uma constante o que reduz as perdas elétricas do sistema de distribuição. Foram realizadas 1.370 vistorias.

O setor comercial manteve a priorização a normalização dos padrões de medição de energia elétrica, com a utilização de medição eletrônica nas indústrias foram ações que permitem maior segurança e uma melhor análise dos dados dos consumidores.

Plantão

A central de operação de distribuição atendeu a 12.361 chamadas nas diversas localidades atendidas resultando as várias ocorrências, em serviços de correção no sistema de distribuição e também orientação do consumidor nos procedimentos corretos para o uso da energia elétrica.

Balanco energético - Janeiro a dezembro/2016.

A Cermoful permissionária adquiriu da supridora Celesc Distribuição S/A o total de 112.900 MWh/ano incluídos os montantes da energia do PROINFA (Programa de incentivo as fontes alternativas de energia elétrica) e distribuiu o equivalente a 107.164 MWh /ano com um percentual de perdas de 5,08 %.

Várias obras foram executadas no sistema de distribuição de energia elétrica, para dar maior segurança e confiabilidade ao sistema, garantindo uma melhor qualidade na energia distribuída.

Os índices de qualidade estabelecidos estão ajustados de forma a apresentar a realidade das interrupções de fornecimento.

A continuidade do serviço de manutenção preventiva e corretiva tem evitado e reduzido desligamentos sucessivos.

PLANO DE ATIVIDADES – 2017

Distribuição

Redes

Manutenção do plano de deslocamento de redes e ramais para as margens das rodovias e estradas municipais.

Manter as ampliações necessárias ao sistema de distribuição para atender plenamente o aumento de demanda sendo que a área de atuação da permissão possui serviço universalizado.

Continuidade ao incentivo do uso racional energia elétrica em nossa área de atuação garantindo qualidade no sistema de distribuição de energia elétrica.

Transformadores

Aquisição de novos transformadores para implantação nos pontos críticos em que a tensão de fornecimento não atende as normas de qualidade no fornecimento aos associados.

Comercialização

Melhorar controles para monitorar o atendimento de forma a melhorar as metas de desempenho comercial.

Implantar o sistema de fatura instantânea.

Administração

Concluir a revisão do quadro social visando o cumprimento ao disposto no estatuto social.

AUDITORES INDEPENDENTES

A Audiconsult Auditores S/S – São José – SC prestou os serviços de auditoria externa relativa às demonstrações financeiras do exercício de 2016.

AGRADECIMENTOS

Ao conselho de administração e conselho fiscal, que sempre participaram das decisões e se mantiveram unidos nas questões de interesse da **Cermoful**.

Ao empenho e dedicação do quadro funcional, que conseguiu executar todas as atividades inerentes ao bom desempenho da permissão.

A outros que indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da permissionária são seguramente a garantia do objetivo alcançado.

A o associado consumidor que participou intensamente de todas as atividades da permissionária expressando confiança e na árdua luta de consolidação do ideal cooperativo.

Morro da Fumaça - SC, 23 de janeiro de 2017.

Ricardo Tadeu Canto Bittencourt
Presidente

Augusto de Agostin
Secretário

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2016	2015
ATIVO			
Circulante		11.887	11.314
Caixa e equivalentes de caixa	5	624	1.255
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6.1.1	8.230	8.341
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.1.1	(1.102)	(894)
Serviços em curso	7	1.559	379
tributos a compensar	8.1	289	561
Estoque	9	609	484
Ativos financeiros setoriais	10	334	-
Despesas pagas antecipadamente	11	16	14
Outros ativos circulantes	12	1.328	1.174
Não Circulante		44.474	43.888
Realizável a longo prazo		6.245	2.071
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6.1.2	2.113	2.328
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.1.2	(924)	(987)
Tributos a compensar	8.2	182	310
Depósitos judiciais	13	14	48
Ativo financeiro da permissão	14	4.860	372
Investimentos	15	377	310
Intangível em serviço	16	34.579	26.363
Intangível em curso	16	3.273	15.144
TOTAL DO ATIVO		56.361	55.202



As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

 RICARDO TADEU CANTO BITTENCOURT PRESIDENTE CPF 582.843.979-00	 WAGNER MENDES CORREA CONTADOR CRC/SC 031791/O-6
--	--

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2016	2015
PASSIVO			
Circulante		19.409	17.903
Fornecedores	17	6.117	5.222
Empréstimos e financiamentos	18.1	1.634	1.484
Folha de pagamento	19	843	771
Tributos	20.1	3.303	3.536
Provisão para litígios	21.1	24	28
Encargos setoriais	22	1.096	1.434
Passivos regulatórios	23	2.224	1.145
Outras passivos circulantes	24.1	4.168	4.283
Não Circulante		21.999	17.677
Empréstimos e financiamentos	18.2	9.294	10.408
Tributos	20.2	3.002	685
Provisões para litígios	21.2	2.263	2.263
Outros passivos não circulantes	24.2	3.447	1.160
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público	25	3.993	3.161
Patrimônio líquido	26	14.953	19.622
Capital social	26.1	10.695	10.688
Ajuste de avaliação patrimonial	26.2	736	736
Reservas de sobras	26.3	7.514	8.198
Sobras a disposição da AGO	26.4	(3.992)	-
TOTAL DO PASSIVO		56.361	55.202

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



 RICARDO TADEU CANTO BITTENCOURT PRESIDENTE CPF 582.843.979-00	 WAGNER MENDES CORREA CONTADOR CRC/SC 031791/O-6
--	--

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2016	2015
Receita operacional	27	50.885	49.878
Fornecimento de energia elétrica	27.1	45.788	44.168
Ativos e passivos regulatórios	27.2	1.277	68
Serviços Cobráveis	27.3	64	60
Doações, Contrib. e subvenções ao Serviço Concedido	27.4	494	504
Outra receitas Operacionais	27.5	3.262	5.078
(-) Deduções da receita operacional	28	18.075	14.553
ICMS	28	10.508	10.188
PIS-PASEP	28	15	13
COFINS	28	69	61
Encargos setoriais	28	7.483	4.291
(=) Receita operacional líquida		32.810	35.325
(-) Custo do serviço de energia elétrica		34.280	35.427
Energia elétrica comprada para revenda	29	9.373	8.268
Encargo de uso do sistema de distribuição	29	5.621	6.042
Custo de operação	30	19.286	21.117
Pessoal	30.1	6.641	5.836
Administradores	30.1	463	365
Material	30.2	394	2.360
Serviços de terceiros	30.2	2.581	2.700
Arrendamentos e alugueis	30.2	62	389
Seguros	30.2	31	34
Tributos	30.2	103	80
Depreciação e amortização	30.2	1.848	1.580
Gastos diversos	30.3	4.866	5.852
Outras despesas operacionais	30.4	2.297	1.921
(=) Resultado da Atividade		(1.470)	(102)
(+/-) Receita (despesa) financeira	31	(2.522)	(1.503)
(=) Sobras antes da contribuição social e imposto de renda		(3.992)	(1.605)
(-) Contribuição social	32.1	-	1
(-) Imposto de renda	32.1	-	2
(=) Sobras líquidas do exercício	32.1	(3.992)	(1.608)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

 RICARDO TADEU CANTO BITTENCOURT PRESIDENTE CPF 582.843.979-00	 WAGNER MENDES CORREA CONTADOR CRC/SC 031791/O-6
--	--



DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação societária						
	Capital Social	Ajustes de avaliações patrimoniais	Reservas de lucros			Saldo a disposição da AGO	Total do patrimônio líquido
			Fundo de reserva	FEMSD	FATES		
Saldos em 31 de dezembro de 2014	10.677	736	1.838	7.033	421	686	21.391
Capital Social							
Desmembramento	-	-	-	-	-	-	-
Integralização das sobras	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de quotas	39	-	-	-	-	-	39
Capital a integralizar	(1)	-	-	-	-	-	(1)
Devolução de capital	(27)	-	-	-	-	-	(27)
Integralização de reservas/fundos	-	-	-	-	-	(686)	(686)
Realização de reservas/fundos	-	-	-	-	(419)	419	-
Resultado do exercício (Ativ. com associados)	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	-	-
Fates - Art. 87 da Lei 5.764/71 (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	-	-
Destinações estatutárias:							
Fundo de reserva	-	-	(1.190)	-	-	-	(1.190)
Fates	-	-	-	-	-	(419)	(419)
Fundo expansão manutenção sistema distribuição	-	-	-	515	-	-	515
Saldos em 31 de dezembro de 2015	10.688	736	648	7.548	2	-	19.622
Capital Social							
Integralização das sobras	-	-	-	-	-	(3.992)	(3.992)
Integralização de quotas	40	-	-	-	-	-	40
Capital a integralizar	7	-	-	-	-	-	7
Devolução de capital	(40)	-	-	-	-	-	(40)
Integralização de reservas/fundos	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas/fundos	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício (Ativ. com associados)	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	-	-
Fates - Art. 87 da Lei 5.764/71 (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	-	-
Destinações estatutárias:							
Fundo de reserva	-	-	-	(685)	-	-	(685)
Fates	-	-	-	-	-	-	-
Fundo expansão manutenção sistema distribuição	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	10.695	736	648	6.863	2	-	14.953

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

 RICARDO TADEU CANTO BITTENCOURT PRESIDENTE CPF 582.843.979-00	 WAGNER MENDES CORREA CONTADOR CRC/SC 031791/O-6
--	--

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)



	Legislação Societária	
	2016	2015
Receitas	43.190	45.670
Venda de energia e serviços	47.129	44.236
Compartilhamento de infraestrutura	378	304
Outras receitas	3.378	5.338
Encargos setoriais	(7483)	(4291)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(212)	83
(-) Insumos adquiridos de terceiros	25.013	27.710
Insumos consumidos	14.994	14.310
Serviços de terceiros	2.581	2.700
Materiais	394	2.360
Outros	7.044	8.340
(=) Valor adicionado bruto	18.177	17.960
(-) Quotas de reintegração	1.848	1.580
Depreciação, amortização e exaustão	1.848	1.580
(=) Valor adicionado líquido produzido pela entidade	16.329	16.380
(+) Valor adicionado recebido em transferência	818	1.328
Receitas financeiras	818	1.328
(=) Valor adicionado total a distribuir	17.147	17.708
Distribuição do valor adicionado	17.147	17.708
Pessoal	5.893	5.092
Remuneração direta	4.677	4.139
Auxílio alimentação	337	170
Assistência médica/Plano de saúde	196	114
Encargos sociais exceto INSS	476	491
Outros	207	178
Governo	11.907	11.393
Federais	1.356	1.163
INSS (Folha de pagamento)	1.211	1.108
Imposto de renda e contribuição social	0	3
Pis/cofins	144	51
Outros	1	1
Estaduais	10.544	10.219
ICMS	10.508	10.188
IPVA	35	26
Outros	1	5
Municipais	7	11
IPTU	1	2
Alvará	1	1
Outros	5	8

Continua...

Continuação...

Remuneração de capital de terceiros	3.339	2.831
Outras despesas financeiras	3.339	2.831
Remuneração de capitais próprios	(3.992)	(1.608)
Sobras do exercício	(3.992)	(1.608)
Valor adicionado (médio) por empregado	318	347



As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

 RICARDO TADEU CANTO BITTENCOURT PRESIDENTE CPF 582.843.979-00	 WAGNER MENDES CORREA CONTADOR CRC/SC 031791/O-6
--	--

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA- DFC
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2016	2015
Atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	(3.992)	(1.608)
Despesas (receitas que não afetam o caixa)	2.060	1.497
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	212	(83)
Depreciação e amortização	1.848	1.580
Resultado ajustado do exercício	(1.932)	(111)
Redução (aumento) no ativo circulante	(1.412)	711
Consumidores	111	(1.282)
Tributos a compensar	272	524
Estoque	(125)	1.793
Serviços em curso	(1.180)	(210)
Despesa do exercício seguinte	(2)	5
Outros ativos circulantes	(488)	(119)
Aumento (redução) no passivo circulante	1.506	4.480
Fornecedores	895	4
Empréstimos e financiamentos	150	(486)
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	72	101
Tributos	(233)	2.041
Provisão para litígios	(4)	0
Encargos setoriais	(338)	698
Passivos regulatórios	1.079	1.145
Outras contas a pagar	(115)	977
Redução (aumento) no ativo não circulante	(4.177)	218
Tributos a compensar	128	74
Depósitos judiciais	34	(27)
Consumidores, concessionárias e permissionárias	215	227
Ajuste a valor presente	-	(56)
Ativos financeiros da permissão	(4.488)	144
Redução (aumento) no passivo não circulante	5.436	1.377
Tributos e contribuições sociais	2.317	584
Outros passivos não circulantes	2.287	144
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público	832	649
Total das atividades operacionais	(579)	6.675
Atividades de investimento		
Redução/Aumento no intangível	1.807*	(1.862)
Outros Investimentos/pagamentos	(67)	(143)
Total das atividades de investimento	1.740	(2.005)
Atividades de financiamento		
Variação de Empréstimos e Financiamentos	(1.114)	(1.944)
Capital a integralizar	7	11
Utilização de reservas	-	(418)
Utilização de reservas	(685)	(1.190)
Total das atividades de financiamento	(1.792)	(3.541)
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa	(631)	1.129
Saldo inicial de caixa	1.255	126
Saldo final de caixa	624	1.255
Variação no caixa e equivalentes de caixa	(631)	1.129

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

 RICARDO TADEU CANTO BITTENCOURT PRESIDENTE CPF 582.843.979-00	 WAGNER MENDES CORREA CONTADOR CRC/SC 031791/O-6
--	--



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE E DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTARIAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2016	2015
RESULTADO/SOBRA LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(3.992)	(1.608)
(+/-) Resultados Abrangentes	-	418
Reversão reserva de reavaliação NBC TG 27	-	-
Reversão reserva do FATES NBC T 10.8	-	418
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(3.992)	(1.190)
RESULTADO COM TERCEIROS	-	-
Resultado líquido do exercício (Operações com não associados)	-	-
Base para destinações legais e estatutárias	-	-
Fundo de reserva - Art. 47, inc. I - Estatuto Social - 10%	-	-
FATES - Art. 47, inc. II - Estatuto Social - 10%	-	-
Fundo exp.manut. sistema distribuição - Art. 47, inc. III - Estatuto Social - 50%	-	-
FATES - Operações com terceiros	-	-
(=) RESULTADO/SOBRA ABRANGENTE ATRIBUÍVEL AOS ASSOCIADOS NA AGO	-	-



As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

 RICARDO TADEU CANTO BITTENCOURT PRESIDENTE CPF 582.843.979-00	 WAGNER MENDES CORREA CONTADOR CRC/SC 031791/O-6
--	--

DEMONSTRAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DAS SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2016	2015
TOTAL DE RECURSOS	(3.992)	(1.190)
RECURSOS COM ASSOCIADOS	(3.992)	(1.608)
Sobra líquida do exercício (Atividades com associados)	(3.992)	(1.608)
Reversão reserva de reavaliação NBC TG 27		
Reversão Reserva do FATES NBC T 10.8	-	418
RECURSOS COM NÃO ASSOCIADOS	-	-
Sobra Líquida do Exercício (Atividades com não associados)	-	-
(-) DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	-	-
FATES (Atividades com associados)	-	-
FATES (Atividades com não associados)	-	-
Fundo expansão e manutenção sistema distribuição	-	-
Fundo de reserva	-	-
(-) AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-	-
(=) SALDO A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

 RICARDO TADEU CANTO BITTENCOURT PRESIDENTE CPF 582.843.979-00	 WAGNER MENDES CORREA CONTADOR CRC/SC 031791/O-6
--	--

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETARIAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade, sociedade cooperativa, de capital aberto, controlada pelos associados, regida pela Lei nº 5.764/771, com atividade de prestação de serviço de distribuição de energia, em qualquer de suas formas, principalmente a elétrica, sendo a atividade regulamentada pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, poder concedente vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Atende a 15.464 associados sendo destes 13.387 consumidores e pela nova regulamentação do setor elétrico, estamos disponíveis para atender consumidores livres no Estado de Santa Catarina.

2. Das permissões

A permissão para a prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica é consolidada no contrato nº 040/2010-ANEEL, com área de atuação no município de Morro da Fumaça, com poligonais envolventes nos municípios de Criciúma, Içara, Cocal do Sul, Urussanga e Pedras Grandes.

3. Apresentação das demonstrações contábeis

Elaboradas em conformidade com a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que rege as atividades cooperativas no Brasil, em consonância com a legislação comercial e fiscal. Também observada às disposições regulatórias e os princípios fundamentais de contabilidade.

Também cumpriu as disposições do manual de contabilidade do serviço público de energia elétrica, Resolução ANEEL nº 605/14 conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), e estatuto social.

Adoção das normas brasileiras de contabilidade através da interpretação técnica NBC T 10.8 – IT 01, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e instruções contidas no despacho nº 3.371 de 23 de dezembro de 2016 da SFF/ANEEL.

- ❖ Adoção do modelo de apresentação da PAC - Prestação Anual de Contas;
- ❖ Adequação das naturezas de gastos e centros de custos;
- ❖ Configuração dos detalhes conforme preenchimento da RIT - Relatório de Informações Trimestrais;
- ❖ Adequação do plano de contas;
- ❖ Contabilização da mão de obra para as ordens em curso;
- ❖ Contabilização dos custos com deslocamento (km) para as ordens em curso;
- ❖ Contabilização da renda não faturada;
- ❖ Contabilização do rateio da administração central para atividades;
- ❖ Aplicação do OCPC 08.

Em atendimento ao previsto na Resolução CFC 1.292/10, que aprovou a NBC TG 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a administração avalia e entende que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da depreciação ou de custos previstos na empresa de referência, e que ao final da permissão os bens remanescentes serão indenizados. Sendo assim, o entendimento da CERMOFUL é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

A Cooperativa Fumacense de Eletricidade - Cermoful apresenta no encerramento do exercício de 2016 as demonstrações contábeis societárias e regulatórias com valores expressos em milhares de reais, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) resolução ANEEL nº. 605 de 11 de março de 2014 e resolução ANEEL nº 396/2010 de 26 de fevereiro de 2010 e alterações posteriores.

4. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis abaixo descritas foram aplicadas as informações societárias e regulatórias quando pertinentes e individuais se necessário conforme decisão do conselho de administração emanada da reunião realizada em 05 de janeiro de 2017 e referenciada pela assembleia geral ordinária realizada em 27 de janeiro de 2017.

➤ **Caixa e equivalentes de caixas**

Estão registradas ao valor de mercado, expressas pelo saldo de caixa, depósitos em bancos, certificado de depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo.

➤ **Consumidores**

Compreende o fornecimento de energia faturada e não faturada a consumidores finais, conforme montantes determinados em contrato até 31 de dezembro de 2016, contabilizado com base no regime de competência.

➤ **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Constituída em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas de contas a receber de associados e consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação às contas a receber de consumidores, a mesma é constituída conforme determina o MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (item nº 7.2.8). Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

Os parcelamentos de débitos estão reconhecidos em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

➤ **Ajuste a valor presente**

O ajuste a valor presente previsto na NBC TG 12, aprovada pela resolução 1.151/09 do Conselho Federal de Contabilidade, foi calculado sobre parcelamentos de energia elétrica, sendo que, para se trazer a valor presente foi aplicada a taxa de desconto equivalente aos encargos futuros embutidos, variável conforme a situação.

➤ **Estoque (inclusive do ativo imobilizado)**

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, assim como aqueles destinados a investimentos e que estão classificados no ativo imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição.

➤ **Ativos e passivos regulatórios**

Reconhecidos após o aditamento do contrato de permissão e aplicados na forma prevista no OCPC 08 de 28 de novembro de 2014, aprovado pela Norma NBC - CTG 08 de 05 de dezembro de 2014.

➤ **Investimentos**

As participações societárias permanentes em controladas e coligadas estão registradas pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perda quando aplicável.

➤ **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina o MCPSE (Manual de Controle Patrimonial do Setor elétrico) aprovado pela Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 e 529/12.

➤ **Intangível**

É reconhecido pelo valor justo de aquisição e de construção, deduzida a amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável sem a constituição de provisão para perda.

A amortização do intangível é calculada através das taxas de depreciação tomando-se como base os saldos contábeis registrados.

A baixa de um ativo intangível é efetivada através de alienação ou quando não existem benefícios econômicos futuro resultante do uso ou da alienação.

Os resultados da baixa de um ativo intangível são reconhecidos no resultado do exercício quando o ativo é baixado.

➤ **Atualização de direitos e obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

➤ **Estimativas**

A CERMOFUL revisa as estimativas anualmente quando da preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A administração se baseia em julgamentos para determinação e o registro de estimativas que afetem seus ativos, passivos, receitas e despesas e os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

➤ **Imposto de renda e contribuição social**

Calculados e registrados quando devidos, conforme legislação vigente nas datas dos balanços.

Inclusa no regime tributário de apuração do lucro real, não tributou operações com associados, isentos na forma determinada pela Lei nº 5.764/91.

➤ **Empréstimos e financiamentos**

Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais e acrescidas dos respectivos encargos, quando classificados como passivos financeiros amortizados pelo custo e registrados ao respectivo valor de mercado, quando classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

➤ **Provisão para litígios**

As provisões para litígios conhecidas nas datas dos balanços são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas ou cíveis, cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável, na opinião da administração e de seus assessores jurídicos.

Estão sendo apresentadas, nesta rubrica, às provisões para contingências liquidas dos depósitos e/ou bloqueios judiciais a elas relacionadas.

➤ **Reconhecimento das receitas**

Todas as receitas de operação, uso e serviço praticadas pela CERMOFUL, são reconhecidas no momento da emissão da nota fiscal/fatura de energia elétrica por satisfazerem os requisitos exigidos na NBC TG 47, aprovada pela Resolução 2016NBCTG47 do Conselho Federal de Contabilidade.

➤ **Receita não faturada**

Corresponde a receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e a receita de utilização de rede de distribuição não faturada, calculadas em base estimada, referente ao período após a medição mensal e o último dia do mês.

➤ **Receita de construção e custo de construção**

O ICPC 01 (R1) estabelece que o permissionário de distribuição de energia elétrica deva

registrar e mensurar os serviços prestados de acordo com os CPCs 17 (R1) “Contratos de Construção” e CPC 30 (R1) – Receitas, mesmo quando regidos por um único contrato de permissão. A permissionária contabiliza receitas de construção de infraestrutura de distribuição utilizada na prestação de serviços.

Os custos são reconhecidos na demonstração de resultado do exercício como custo de construção.

➤ **Impostos e contribuições**

As receitas de venda de serviços de distribuição estão sujeitas a tributação pelo imposto de circulação de mercadorias e serviços – ICMS as alíquotas vigentes.

Os demais tributos somente são exigíveis quando a permissionária opera com consumidores não associados.

➤ **Apuração do resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Não existe consumidor que representa mais de 10% do total do faturamento. Os créditos sobre custos e despesas operacionais, compensados a apuração do PIS e COFINS, quando da incidência são apresentados líquidos, nas respectivas contas de custos e despesas.

➤ **Sobra líquida**

A sobra ou perda que ocorrer será colocada à disposição dos associados, que deliberarão sobre sua utilização, obedecendo ao disposto na lei nº 5.764/71 e estatuto social.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Legislação societária	
	2016	2015
Caixa	1	1
Bancos	623	1.254
Total	624	1.255

6. Consumidores

Todos os consumidores foram faturados e tem saldo de consumo de pelo menos cinco dias referente ao disposto no calendário mensal de leitura.

	Legislação societária	
	2016	2015
Faturados	13.387	13.094
Total	13.387	13.627

6.1. Composição das contas a receber

6.1.1 Circulante

Legislação societária									
Consumidor	Vincendos	Vencido ate 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para devedores duvidosos	Renegociadas	Provisão para devedores duvidosos (renegociadas)	Saldo	
					2016		2016	2016	2015
Residencial	922	299	295	1.515	294	42	23	1.240	1.278
Industrial	1.799	342	1.144	3.286	552	1.519	117	4.136	4.349
Com., serviço e outras ativ.	499	100	76	675	73	56	3	654	678
Rural	116	27	2	145	2	-	-	143	133
Poder público	31	1	-	32	-	1	-	33	13
Iluminação pública	116	-	14	130	14	2	2	116	256
Serviço público	6	-	-	6	-	-	-	6	6
Serviço taxado	7	3	2	12	2	-	-	10	8
Receita não faturada	482	-	-	482	-	-	-	482	548
Participação do consumidor	59	38	-	98	18	-	-	79	64
Outros	229	-	-	229	-	-	-	229	114
Total	4.266	811	1.533	6.610	956	1.620	146	7.129	7.447

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - Resolução Normativa ANEEL nº. 605, de 11/03/2014, item 7.2.8 - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

A receita não faturada corresponde ao intervalo de fornecimento em que é efetivada a leitura de consumo e o mês de competência do faturamento.

6.1.2 Não Circulante

	Legislação societária	
	2016	2015
Parcelamento de energia	2.113	2.328
(-) AVP - NBC TG 12	(924)	(987)
Total	1.189	1.341

7. serviços em curso

Créditos	Legislação societária	
	2016	2015
Serviços próprios	363	82
Serviço prestado a terceiros	1.196	379
Total	1.559	461

8. Tributos a compensar

8.1. Circulante

Circulante	Legislação societária	
	2016	2015
ICMS sobre compras ativo imobilizado	233	512
Outros	56	49
Total	289	561

8.2. Não circulante

Não circulante	Legislação societária	
	2016	2015
ICMS sobre compras ativo imobilizado	182	310
Total	182	310

9. Estoques

	Legislação societária	
	2016	2015
Almoxarifado de serviço	500	101
Almoxarifado de sucata	33	323
Adiantamento a fornecedores	76	60
Total	609	484

10. Ativos financeiros setoriais

	Legislação societária	
	2016	2015
Neutralidade da Parcela "A" - CDE	287	-
Neutralidade da Parcela "A" - PROINFA	43	-
Neutralidade da Parcela "A" - TFSEE	4	-
Total	334	-

11. Despesas pagas antecipadamente

	Legislação societária	
	2016	2015
Seguros	15	14
Outros	1	0
Total	16	14

12. Outros ativos circulantes

Circulante	Legislação societária	
	2016	2015
Empregados	36	72
Fornecedores	561	290
Títulos de crédito a receber	364	416
Serviços prestados a terceiros	3	5
Alienação de bens e direitos	77	77
Dispêndios a reembolsar	1	1
Convênio de arrecadação	16	16
Reembolsos do fundo da CDE	108	170
Outros	112	112
Desativações em curso	91	51
(-) AVP - NBC TG 12	41	36
Total	1.328	1.174

13. Depósitos judiciais

	Legislação societária	
	2016	2015
Ações trabalhistas	14	48
Total	14	48

14. Ativo reversível

	Legislação societária	
	2016	2015
Terrenos	288	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	3	-
Maquinas e equipamentos	4.411	-
Software	3	-
Servidões	73	-
Outros	81	372
Total	4.860	372

15. Investimentos

	Legislação societária	
	2016	2015
Avaliadas pelo custo de aquisição		
Fecoerusc	4	4
Sicoob/SC - Credija	331	291
Sicredi - Sicredi Sul SC	30	3
Consortio Kolina	14	14
(-) AVP Consortio Kolina	(2)	(2)
Total	377	310

16. Intangível

	Custo	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Vinculadas	Legislação societária	
				2016	2015
				Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	45.125	12.420	3.993	28.712	21.063
Bens da Permissão	45.125	12.420	3.993	28.712	21.063
Administração	3.040	1.166	-	1.874	2.139
Bens da Permissão	3.040	1.166	-	1.874	2.139
	48.165	13.586	3.993	30.586	23.202
Em curso					
Distribuição	3.241	-	-	3.241	15.144
Bens da Permissão	3.241	-	-	3.241	15.144
Administração	32	-	-	32	-
Bens da Permissão	32	-	-	32	-
	3.273	-	-	3.273	15.144
Total	51.438	13.586	3.993	33.859	38.346

De acordo com os artigos 63 e 64 do decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na permissão.

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 44/1999 e atualizada pela Resolução ANEEL nº. 674/2015 são as seguintes:

Distribuição	Taxas anuais de depreciação (%)
Banco de capacitores – tensão < 69 kV	6,67
Chave de distribuição - tensão < 69kV	6,67
Condutor do sistema - tensão < 69kV	3,57
Estrutura do sistema - tensão < 69kV	3,57
Medidor	4,00
Regulador de tensão < 69 kV	4,35
Religador	4,00
Transformador de distribuição	4,00
Edificação	3,33
Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29
Administração	Taxas anuais de depreciação (%)
Edificação	3,33
Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29

Destacamos que, durante o exercício de 2016, não foi calculada amortização sobre o Intangível – Software.

16.1 Obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica

Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

A CERMOFUL não possui valores resultantes de tais contribuições até a assinatura do contrato de permissão, sendo todos os investimentos em redes de distribuição financiados com recursos dos associados.

A participação financeira do consumidor é calculada na forma estabelecida pela Resolução normativa nº 414/2010.

16.2 – ITG 10 - Custo atribuído

O Conselho de Administração entende que as normas regulatórias estabelecidas pelo poder concedente ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, representam satisfatoriamente as estimativas e taxas de depreciação.

As taxas de depreciação são determinadas a partir de estudos periódicos, utilizando ainda a contribuição das empresas, a estimativa de vida útil dos ativos do setor elétrico, portanto, de conformidade com a NBC TG 27(R1), aprovada pela Resolução nº 1.177/09 do CFC.

16.3 - ITG 01 - Contratos de concessão/permissão

O Conselho de administração determinou a aplicação das disposições emanadas desta norma (ITG 01) resolução 1261/2009 no balanço societário do exercício 2016.

16.4 - Redução ao valor recuperável - *Impairment*

O Conselho de Administração, observando o disposto na Resolução normativa nº 674/2015, que

instituiu o MCPSE - Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, resolve não promover *Impairment* dos bens constantes do ativo imobilizado conforme NBC TG 01(R1), aprovada pela Resolução nº 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade.

A recuperabilidade dos ativos está garantida no contrato de permissão, quando do rompimento ou encerramento deste.

17. Fornecedores

	Legislação societária	
	2016	2015
Suprimento	3.883	2.395
Materiais e serviços	2.234	2.827
Total	6.117	5.222

18. Empréstimos e financiamentos

18.1. Circulante

Circulante	Legislação societária	
	2016	2015
Financiamentos		
Capital de giro	1.634	1.484
Total	1.634	1.484

18.2. Não circulante

Não Circulante	Legislação societária	
	2016	2015
Financiamentos		
Capital de giro	359	310
Financiamento de bens	8.935	10.098
Total	9.294	10.408

Instituição Bancária	Modalidade	Nº Contrato	Vencimento	Taxa Mensal	Circulante	Não Circulante
Sicoob/SC Credija	- Capital de Giro	46381-2	01/03/2017	1,3	153	-
Sicoob/SC Credija	- Capital de Giro	59265-7	20/02/2017	1,95	59	-
Sicoob/SC Credija	- Capital de Giro	718.792	04/11/2019	1,97	131	359
Sicoob/SC Credija	- Capital de Giro	725.843	27/03/2017	1,95	300	-
Sicoob/SC Credija	- Cheque Especial	-	30/01/2017	7,3	60	-
Total Sicoob/SC - Credija					704	359
Sicredi	Capital de	B41030299-4	30/07/2017	1,39	111	-

Giro						
Sicredi	Capital de Giro	B41030574-8	27/11/2015	2,31	619	-
Sicredi	Capital de Giro	-		6,8	200	-
Total HSBC					930	-
BRDE - BNDES	BNDES Automático	229703013	15/12/2023	4,9 A.A + TJLP	-	7.180
BRDE - BNDES	BNDES Automático	229705105	15/12/2023	3,5 A.A	-	1.050
BRDE - BNDES	BNDES Automático	229705709	15/12/2023	3,5 A.A	-	79
BRDE - BNDES	BNDES Automático	230430012	15/01/2024	3,5 A.A	-	140
BRDE - BNDES	BNDES Automático	229704010	15/12/2018	3,5 A.A	-	40
BRDE - BNDES	BNDES Automático	229705504	15/12/2023	3,5 A.A	-	113
BRDE - BNDES	BNDES Automático	229705202	15/12/2023	3,5 A.A	-	56
BRDE - BNDES	BNDES Automático	229705300	15/12/2023	3,5 A.A	-	31
BRDE - BNDES	BNDES Automático	229705407	15/12/2023	3,5 A.A	-	81
BRDE - BNDES	BNDES Automático	231098011	15/05/2024	4,5 A.A	-	165
Total BRDE – BNDES					-	8.935
Total geral					1.634	9.294

19. Folha de pagamento

	Legislação societária	
	2016	2015
Folha de pagamento	670	614
Tributos e contribuições sociais retidos na fonte	154	138
Consignação em favor de concessionária e/ou terceiros	19	19
Total	843	771

20. Tributos

20.1 Circulante

Circulante	Legislação societária	
	2016	2015
ICMS	1.590	2.839
PIS sobre faturamento	1	2
COFINS sobre faturamento	6	7
Imposto de renda	1	1
Contribuições sociais	310	275
ISS	2	-
PIIS/COFINS/CSLL retidos na fonte	2	3
Parcelamentos	1.391	409
Total	3.303	3.536

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade é uma sociedade cooperativa, e consequentemente amparada pela Lei 5.764/71, não tributa com PIS e COFINS suas operações com associados.

As atividades com terceiros (não associados), como a venda de bens e serviços são tributados com 0,65% (zero sessenta e cinco pontos percentuais) de PIS e 3,00% (três pontos percentuais) de COFINS, conforme determina a legislação vigente.

20.2 Não circulante

Não circulante	Legislação societária	
	2016	2015
ICMS parcelado	3.099	685
(-) AVP juros	(97)	-
Total	3.002	685

- ❖ Tributos sobre a receita:
 - ICMS definido em legislação estadual.
 - IRPJ apurado na forma da Medida Provisória nº 449/2008 que determina o enquadramento da permissionária a adoção do regime de apuração na modalidade “Lucro Real”.
 - A Lei nº 5.764/71 define como isenta as operações com associados, portanto o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido foi calculado sobre as operações com não associados.
- ❖ Contribuições sociais sobre a receita:
 - PIS/COFINS calculados conforme as Leis nº 9.715/98 e nº 9.718/98, alterada parcialmente pela Medida Provisória nº 2158-35/2001.
- ❖ Contribuições sociais trabalhistas:
 - INSS, FGTS e PIS sobre folha de pagamento calculada na forma da consolidação das leis do trabalho (CLT).
- ❖ Parcelamento IRPJ e CSLL
 - Parcelamento conforme processo Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 11516-003297/2006-75, deferido em 28/10/2010.

21. Provisões para litígios

Circulante	Legislação societária					
	2016			2015		
	Valor da provisão			Valor da provisão		
	Exercício	Acumulada	Depósitos judiciais	Exercício	Acumulada	Depósitos judiciais
Causas cíveis						
Cíveis						
De consumidores	-	24	-	-	28	-
Total	-	24	-	-	28	-

A CERMOFUL possui 06 processos de ação indenizatória, sendo 03 referentes à reclassificação de classe de consumo de energia elétrica, 03 referente a queima de aparelhos e 01 por danos morais, segundo a assessoria jurídica todos estão com prognóstico de perda provável ou real com valor estipulado de R\$ 24 mil sendo que as mesmas foram reconhecidas na contabilidade, conforme determina a NBCTG 25 (R1), aprovada pela Resolução 1.180/09 do CFC. Possui ainda 01 processo contra o município de Morro da Fumaça referente a ISS – Imposto Sobre Serviço, porém conforme assessoria jurídica está com prognóstico de perda possível, não sendo necessária o provisionamento na contabilidade.

Legislação societária						
Não circulante	2016			2015		
	Valor da provisão			Valor da provisão		
	Exercício	Acumulada	Depósitos judiciais	Exercício	Acumulada	Depósitos judiciais
Causas cíveis						
Fiscais						
Provisão de PIS e COFINS sobre receita Ato Cooperativo	-	1.884	-	-	1.884	-
Provisão IR/CSLL s/ Ajuste Avaliação Patrimonial	-	379	-	-	379	-
Total	-	2.263	-	-	2.263	-

- **Secretaria da Receita Federal do Brasil**

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade foi notificada, no exercício de 2006, através dos seguintes processos: 11516.003.297/2006-75 - IRPJ e CSLL; 11516.003.295/2006-86 - COFINS e 11516.003.296/2006-21 - PIS.

A notificação referia-se ao período compreendido entre 02/2001 a 12/2005, tendo valor total de R\$1.796.691,82, resultando na constituição de provisão de contingência, mantida no passivo não circulante pelo valor original de R\$ 1.883.608,30, corrigida até o término do exercício em que ocorreu o ato fiscal.

Com relação aos processos de PIS e COFINS, a assessoria jurídica manifesta prognóstico com perspectiva de nulidade do ato fiscal, porém, por uma questão de prudência se mantém o valor provisionado até o julgamento final do mérito.

Relativamente ao período posterior a 12/2005, não foram efetuados cálculos e provisão de valores, havendo entendimento do Conselho de Administração de que as operações realizadas pela CERMOFUL possuem características de ato cooperativo sobre as quais, não devem incidir tributos e contribuições.

- **Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina**

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade sofreu autuação por meio da notificação fiscal nº 96030136703, pela Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina no montante de R\$ 317.941,07, tendo sido encaminhada defesa administrativa em 11 de dezembro de 2009, através da qual se pretende obter a extinção do lançamento tributário por motivo de relançamento ilegal e decadência, com prognóstico de ganho possível. Em 2015 a Secretaria do Estado da Fazenda de Santa Catarina negou o pedido de extinção do lançamento tributário, tendo a Cermoful parcelado o valor em 120 meses.

22. Encargos setoriais

	Legislação societária	
	2016	2015
Conta de desenvolvimento energético – CDE	295	513
Fundo nacional desenvolvimento científico e tecnológico – FINEP	-	11
Ministério de minas e energia – MME	-	5
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	283	253
Programa de eficiência energética – PEE	508	646
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica – TFSEE	8	6
Total	1.096	1.434

23. Passivos regulatórios

	Legislação societária	
	2016	2015
Neutralidade da parcela "A"	43	(62)
Adicional de bandeiras	2.181	1.207
Total	2.224	1.145

24.1 Outros passivos circulantes

Circulante	Legislação societária	
	2016	2015
Consumidores	21	42
Empregados	2	-
Suprimento	2.132	2.521
Outros credores	2.013	1.720
Total	4.168	4.283

24.2 – Outros passivos não circulantes

Não Circulante	Legislação societária	
	2016	2015
Capital social a restituir	3.447	1.160
Total	3.447	1.160

25. Obrigações vinculadas à permissão do serviço público

	Legislação societária	
	2016	2015
Participação e Doação - Imobilização em Serviço	816	815
Participação e Doação - Imobilização em Serviço	637	528
Valores Pendentes de Recebimento	1.029	468
Valores não Aplicados	99	87
Ultrapassagem e Reativos	1.412	1.263
Total	3.993	3.161

26. Patrimônio líquido

	Legislação societária	
	2016	2015
Capital e reservas	14.953	19.622
Total	14.953	19.622

26.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2016 representa R\$ 10.700 mil, é constituído por cotas-partes conforme determina o estatuto social da CERMOFUL.

	Legislação societária	
	2016	2015
Capital subscrito	10.700	10.688
Capital a integralizar	(5)	(13)
Total	10.695	10.688

26.2 Ajuste de avaliação patrimonial

	Legislação societária	
	2016	2015
Ajuste avaliação patrimonial ITG 10	1.115	1.115
Provisão IR/CSLL s/ Ajuste avaliação patrimonial	(379)	(379)
Total	736	736

26.3 Reservas de sobras

	Legislação societária	
	2016	2015
Fundo de reserva	648	648
FATES - Fundo de assist. técnica educacional e social	2	2
Fundo exp. e manutenção do sistema de distribuição	6.863	7.548
Total	7.514	8.198

Os fundos são constituídos conforme disposições estatutárias, “Título V - Gestão contábil e financeira - Capítulo I - Balanço, Fundos, Sobras e Perdas - art. 47º A CERMOFUL se obriga a constituir: I - Fundo de reserva, destinado a reparar perdas ou atender o desenvolvimento de suas atividades, constituído de 10% (dez por cento) das sobras líquidas verificadas no exercício; II - O Fundo de assistência técnica, educacional e social, destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares e seus empregados, constituído de 10% (dez por cento), das sobras líquidas do exercício; III - O Fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição, priorizando a universalização dos serviços em sua área de atuação, constituído de 50% (cinquenta por cento) das sobras líquidas verificadas no exercício”.

26.4 Sobras a distribuir

	Legislação societária	
	2016	2015
Sobras à disposição da AGO	(3.992)	(1.608)
Total	-	-

A Lei 5.764/71, em seu artigo 44, item II, define que as sobras apuradas no exercício após constituídas as provisões dos fundos estatutários, terão destinação definidas em “Assembleia Geral”.

Caso a AGO defina a distribuição entre os associados, das sobras apuradas no exercício, o estatuto social define assim sua distribuição: “art. 45 - § 1º - As sobras líquidas, apuradas na forma deste artigo, serão distribuídas aos associados na proporção das operações que houverem realizado com a Cooperativa, após a aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, salvo decisão diversa desta”.

Como no ano de 2016 a CERMOFUL não teve sobras a distribuir, estará levando para decisão dos associados o valor do rateio de perdas, visto que o art. 89 da Lei 5.764/71, define que “Os prejuízos verificados no decorrer do exercício serão cobertos com recursos provenientes do Fundo de Reserva e, se insuficiente este, mediante rateio, entre os associados, na razão direta dos serviços usufruídos, ressalvada a opção prevista no parágrafo único do art. 80”.

A ocorrência de perdas nos dois últimos exercícios advem da crise econômica do país que afetou a Cermoful no fornecimento de energia elétrica com perda de mercado superior a 8% a qual resultou em multa de sobrecontratação.

26.5 Aplicação do ICPC 14 - Cota de cooperados em Entidades Cooperativas

O conselho de administração não aplicou as disposições do ICPC 14, visto que a resolução nº 1.365/2012 prorrogou o prazo para 01º de janeiro de 2017.

27. Receita operacional

	Legislação societária	
	2016	2015
Fornecimento de energia elétrica	45.788	44.168
Ativos e passivos regulatórios	1.277	68
Serviços cobráveis	64	60
Doações, contr. e subvenções ao serviço concedido	494	504
Outras receitas operacionais	3.262	5.078
Total	50.885	49.878

27.1. Fornecimento de energia elétrica

Consumidores	Legislação societária	
	2016	2015
Residencial	11.687	10.037
Industrial	25.510	26.323
Comercial	5.819	5.242
Rural	1.019	879
Poder público	419	369
Iluminação pública	1.478	1.336
Serviço público	71	64
Renda não faturada	(66)	167
Ultrapassagem de Demanda	(90)	(148)
Reativos Excedentes	(59)	(101)
Total	45.788	44.168

27.2. Ativos e passivos regulatórios

	Legislação societária	
	2016	2015
Ativos e Passivos Regulatórios	1.277	68
Total	1.277	68

27.3. Serviços cobráveis

	Legislação societária	
	2016	2015
Emissão 2ª via	1	2
Religação normal	8	8
Religação de urgencia	52	48
Taxa de correio	1	2
Aferição de medidor	2	-
Total	64	60

27.4. Doações, contribuições e subvenções ao serviço concedido

	Legislação societária	
	2016	2015
Recursos CDE descontos tarifários	409	436
Recursos CDE subsidio baixa renda	85	68
Total	494	504

27.5. Outras receitas operacionais

	Legislação societária	
	2016	2015
Receita de construção	2.794	4.511
Receita Aluguel de Postes	378	304
Ganho na Alienação de Bens e Direitos	-	140
Administração Cosip	90	47
Outros	-	76
Total	3.262	5.078

28. Deduções da receita operacional

	Legislação societária	
	2016	2015
ICMS	10.508	10.188
PIS/PASEP	15	13
COFINS	69	61
Encargos setoriais	7.483	4.291
Total	18.075	14.553

29. Energia elétrica comprada para revenda

Suprimento	Quantidade MWh		Legislação societária	
	2016	2015	2016	2015
Celesc Distribuição S/A	112.900	118.190	14.994	14.310
Total	118.190	118.186	14.994	14.310

30. Despesas operacionais

	Legislação societária	
	2016	2015
Custos operacionais	19.286	21.117
Total	19.286	21.117

30.1. Despesas de pessoal

	Legislação societária	
	2016	2015
Remunerações	4.214	3.776
Administradores	463	365
Encargos sociais	1.687	1.599
Auxílio alimentação	337	170
Convênio assistencial e outros benefícios	196	114
Outros	207	177
Total	7.104	6.201

30.2. Outras despesas operacionais

	Legislação societária	
	2016	2015
Material	394	2.360
Serviços de terceiros	2.581	2.700
Depreciação e amortização	1.848	1.580
Seguros	31	34
Tributos	103	80
Arrendamento e aluguéis	62	389
Total	5.019	7.143

30.3. Gastos diversos

	Legislação societária	
	2016	2015
Indenização por perdas e danos	21	31
Custo de construção	2.795	4.511
Falta apurada em estoque	154	1.114
Perdas	-	-
Outros	1.616	196
Total	4.586	5.852

30.4. Outras despesas

	Legislação societária	
	2016	2015
Perda na desativação de bens	398	178
Perdas	1.133	741
Outros	554	1.085
(-) Provisão	212	(83)
Total	2.297	1.921

31. Resultado financeiro

	Legislação societária	
	2016	2015
Receita financeira	818	1.328
Despesa financeira	(3.339)	(2.831)
Total	(2.522)	(1.503)

31.1 Receitas financeiras

	Legislação societária	
	2016	2015
Multas	302	298
Rendimentos de aplicações financeiras	66	16
Incentivo tributário estadual	-	4
Outras receitas financeiras	449	1.010
Total	818	1.328

31.2 Despesas financeiras

	Legislação societária	
	2016	2015
IPCA neutralidade	28	5
Multas e acréscimos moratórios	898	591
Juros sobre financiamentos	1.008	1.034
Outras despesas financeiras	1.407	1.201
Total	3.340	2.831

32. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

No cálculo das provisões, para imposto de renda e contribuição social, foi aplicado obedecendo-se ao disposto na legislação fiscal e a Lei 5.764/71, que define as operações com associados e não associados.

	Legislação societária	
	2016	2015
Operações com associados	48.449	47.308
Operações com não associados	2.436	2.570
Total	49.608	49.878

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para imposto de renda e a contribuição social estão demonstradas a seguir:

32.1. Sobras antes IR e CSLL

	Legislação societária	
	2016	2015
Sobras antes do IR e CSLL	(3.992)	(1.608)
Imposto de renda calculado (15%)	-	2
Contribuição social calculada (9%)	-	1
Imposto e contribuição social	-	3

33. Participação nos resultados

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade não possui nenhum programa de participação nos resultados e/ou sobras direcionadas aos empregados.

34. Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade concedeu aos seus empregados, os seguintes benefícios em 2016:

	Legislação societária	
	2016	2015
Plano de saúde	196	114
Seguro de vida	55	115
Vale alimentação	337	170
Cursos, treinamentos e outros	23	115
Total	611	514

35. Transações com partes relacionadas

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade não efetuou transações com partes relacionadas no exercício de 2016, por não possuir controle acionário com empresas controladas.

As cotas partes por abertura de conta corrente e operações de crédito com a Cooperativa de Crédito de Jacinto Machado - Sicoob/SC e Sicredi Sul SC, foram subscritas e integralizadas na forma estabelecida pelo estatuto social.

36. Instrumentos financeiros

a) Considerações gerais

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade avalia que os riscos são mínimos, pois não existe concentração de parte contrária, e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez dentro de limites aprovados pelo conselho de administração.

b) Concentração de risco de crédito

Parte substancial das vendas é bastante pulverizada a um grande número de consumidores. No caso desses consumidores, o risco de crédito é mínimo devido à grande carteira e aos procedimentos de controle, os quais monitoram esse risco.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a

eventuais perdas na realização destes.

c) Moeda estrangeira

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade não utilizou operações com moeda estrangeira no exercício de 2016.

d) Riscos de liquidez



O risco de liquidez é medido pela capacidade da cooperativa cumprir com suas obrigações de curto prazo, médio prazo e longo prazo, tendo presente a sua estrutura de reservas financeiras, de ativos e linhas de crédito disponíveis para captação de novos recursos e principalmente fluxo de caixa.

Na data base das demonstrações contábeis o índice liquidez corrente e liquidez geral eram de 0,61 e 0,44 respectivamente.

37. Demonstrações do resultado do exercício segregado por atividade

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos a Demonstração do Resultado do Exercício por Atividade, em 31 de dezembro de 2016, das Unidades de Negócio: Geração (GER), Transmissão (TRA), Distribuição (DIST), e o Total.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE				
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016				
(Valores expressos em milhares de reais)				
Demonstração do Resultado	GER	TRA	COM	TOTAL
Receita operacional	-	-	50.885	50.885
Fornecimento de energia elétrica	-	-	45.788	45.788
Ativos e passivos regulatórios	-	-	1.277	1.277
Serviços Cobráveis	-	-	64	64
Doações, Contrib. e Subvenções Vinc. ao serviço concedido	-	-	494	494
Outras receitas operacionais	-	-	3.262	3.262
(-) Deduções da receita operacional	-	-	18.075	18.075
ICMS	-	-	10.508	10.508
PIS	-	-	15	15
COFINS	-	-	69	69
Encargos do consumidor	-	-	7.483	7.483
(=) Receita operacional líquida	-	-	32.810	32.810
(-) Custo não Gerenciáveis - Parcela "A"	-	-	14.994	14.994
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	9.373	9.373
Encargo de uso do sistema de distribuição	-	-	5.621	5.621
(=) Resultado antes dos custos gerenciáveis	-	-	17.816	17.816
(-) Custo Gerenciáveis - Parcela "B"	-	-	19.286	19.286
Pessoal e administradores	-	-	7.104	7.104
Material	-	-	394	394
Serviços de terceiros	-	-	2.581	2.581
Depreciação e amortização	-	-	1.848	1.848
Seguros	-	-	31	31
Tributos	-	-	103	103
Arrendamentos e alugueis	-	-	62	62
Gastos diversos	-	-	4.866	4.866
Outras Despesas operacionais	-	-	2.297	2.297
(=) Resultado da Atividade	-	-	(1.470)	(1.470)

 RICARDO TADEU CANTO BITTENCOURT PRESIDENTE CPF 582.843.979-00	 WAGNER MENDES CORREA CONTADOR CRC/SC 031791/O-6
--	--

37.1. Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações por Unidades de Negócio:

Na Unidade de Negócio foram consideradas as receitas operacionais faturadas aos consumidores externos, por transferências de preços contratadas entre as partes, conforme segue abaixo:

Receita de unidade	G	T	D	ANV	Total
Geração - G	-	-	-	-	
Transmissão - T	-	-	-	-	
Distribuição - D	-	-	50.885	-	50.885
Comercialização - C	-	-	-	-	
Atividades não vinculadas - AV	-	-	-	-	
Total	-	-	50.885	-	50.885

37.2 Conciliação das demonstrações de resultado:

	2016	2015
Receita operacional	50.885	49.878
Deduções da receita operacional	18.075	14.553
Receita operacional líquida	32.810	35.325
Despesas operacionais	34.280	35.427
Resultado do serviço	(1.470)	(102)
Sobra antes da tributação e participações	(3.992)	(1.605)
Sobra líquida do exercício	(3.992)	(1.608)

As receitas e despesas operacionais estão contabilizadas em cada Unidade de Negócio, acrescidas dos valores apurados com base nas receitas transferidas entre as mesmas.

As deduções, tais como impostos e contribuições, foram calculadas sobre o montante das receitas escrituradas e virtuais, aplicando-se as alíquotas ou taxas efetivamente incorridas na permissionária.

As receitas financeiras, oriundas de multas e juros sobre atraso no pagamento de energia elétrica, foram classificadas em cada Unidade de Negócio.

O imposto de renda e a contribuição social, foram calculados com base na taxa efetiva dos tributos incidentes nas demonstrações consolidadas e não incidiram sobre os preços de transferências, uma vez que estes não causam efeito no consolidado.

38. Programa de recuperação fiscal - REFIS

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade não utiliza o REFIS - Programa de Recuperação Fiscal, em virtude de não possuir passivos fiscais. Instituído pela Lei nº. 9.964, de 10 de abril de 2000, destinado à regularização de créditos da União decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS.

39. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada
Incêndio - imóveis	15/03/2017	1.400
Danos elétricos	15/03/2017	20
Quebra de vidros	15/03/2017	15
Responsabilidade civil operações comerciais	15/03/2017	20
Vendaval/Fumaça - imóveis	15/03/2017	200
Veículos - frota	08/07/2017	835
Veículos - terceiros	08/07/2017	5.980
Veículos - danos morais	08/07/2017	390

Incêndio - imóveis: Cobertura contra incêndios nas edificações e/ou imóveis próprios ou alugados da CERMOFUL.

Diária por paralisação das atividades: Visa cobrir eventuais danos ocorridos na estrutura de edificações e/ou imóveis, próprios ou alugados, pela CERMOFUL ocorrendo paralisação das atividades.

Vendaval/fumaça: Cobertura contra vendavais, fumaça e outros na estrutura de edificações e/ou imóveis, próprios ou alugados, da CERMOFUL.



Veículos - Frota: Cobertura total dos veículos operacionais com maior risco de acidente da CERMOFUL.

Veículos - Terceiros: Cobertura dos veículos operacionais da CERMOFUL contra terceiros.

Veículos - Danos morais: Cobertura dos veículos da CERMOFUL para possíveis acidentes com terceiros, que possam ocasionar danos morais.

40. Eventos subsequentes

O evento subsequente que pode causar impacto na posição patrimonial, na financeira, no resultado e nas atividades futuras da CERMOFUL é a queda do subsídio na compra de energia elétrica.

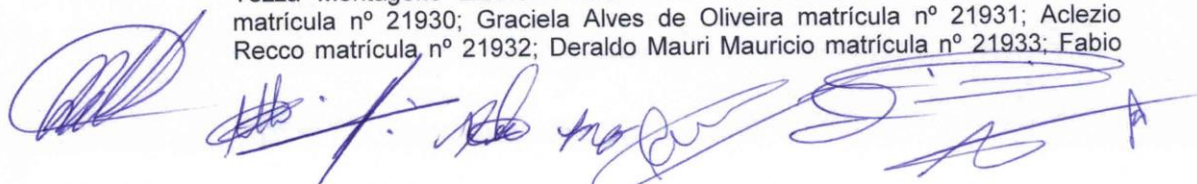
 RICARDO TADEU CANTO BITTENCOURT PRESIDENTE CPF 582.843.979-00	 WAGNER MENDES CORREA CONTADOR CRC/SC 031791/O-6
--	--

ATA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

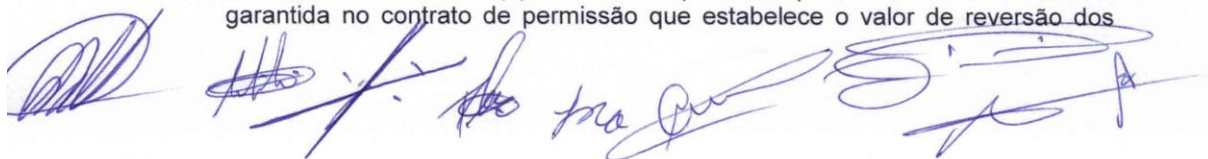
CNPJ/MF: 86.533.346/0001-70

NIRE: 4240000378 8

ATA DA REUNIÃO MENSAL ORDINARIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE - CERMOFUL. Aos 05 (cinco) dias do mês de janeiro do ano de 2017 (dois mil e dezessete), reuniram-se na sede da Cermoful os membros do conselho de administração registrando-se a presença de todos os conselheiros. A reunião teve início às 14h00min (quatorze) horas com o presidente cumprimentando a todos e em continuidade apresentou a agenda desta reunião. Item 1º (primeiro) Foi apresentado às propostas de admissão do mês de dezembro e janeiro até 05/01/2017 a seguir: Dezembro: Jefferson Fabio da Rosa matrícula nº 21865; Marilesia Cleria Alexandre matrícula nº 21866; Daiane Formentin Ghedin matrícula nº 21867; Maria Aparecida Ghedin matrícula nº 21868; Catia Fernandes Ribeiro matrícula nº 21869; Gisele Padin Darolt matrícula nº 21870; Manuela Figueiredo de Aguiar matrícula nº 21871; Jonatan Steinbach da Silva matrícula nº 21872; Robson Ismael da Silva matrícula nº 21873; Bruno Pereira Rocha matrícula nº 21874; Cleber Bortolon da Costa matrícula nº 21875; Antonio Jose Engel matrícula nº 21876; Cristiane Lopes matrícula nº 21877; Diego de Brida Jose matrícula nº 21878; Noeli Bressan Pavanati matrícula nº 21879; Evaldo Jose Clara matrícula nº 21880; Gilvani Goulart matrícula nº 21881; Maristela Coral Vilpert matrícula nº 21882; Edila Cristina Rodrigues Dias Guollo matrícula nº 21883; Jessica Dias Guollo matrícula nº 21884; Douglas Menezes matrícula nº 21885; Jovany da Silva de Souza matrícula nº 21886; Cristiani Damazio Simoni Serafim matrícula nº 21887; Maria Madalena Tachibski matrícula nº 21888; Luiz Carlos de Melo Padilha matrícula nº 21889; Base Arquitetura Ltda ME matrícula nº 21890; Marlon Vanderlind matrícula nº 21891; Cleonir Bartolomeu Narcizo matrícula nº 21892; Alvina Alexandre Guollo matrícula nº 21893; Jose Adriano de Noni matrícula nº 21894; Maria Cristina Pereira matrícula nº 21895; Banco Bradesco AS matrícula nº 21896; Debora Petroski matrícula nº 21897; Rose Mary Rodrigues de Sousa matrícula nº 21898; Adelina Tachinski matrícula nº 21899; Rosenilda Fernandes da Silva matrícula nº 21900; Renner Sul Distribuidora LTDA matrícula nº 21901; Tiago Marcelino matrícula nº 21902; Lindomar Cizeski matrícula nº 21903; Tatiana da Cunha Santos May matrícula nº 21904; Daniely Pavan matrícula nº 21905; Companhia Brasileira de Alumínio matrícula nº 21906; Luiz Alberto Feitosa Ramos matrícula nº 21907; Clesio Madeira Junior matrícula nº 21908; Virginia Elisabeta Bortolatto matrícula nº 21909; Dilnei Delfino matrícula nº 21910; Jose Savio Cabreira matrícula nº 21911; Cacilda Maria Dajori matrícula nº 21912; Jean de Souza Francisco matrícula nº 21913; Ronival Elias Sabino matrícula nº 21914; Alex Cornelio dos Santos matrícula nº 21915; Otilia Parise Fregnani matrícula nº 21916; Nicole Almeida Fragnani de Moraes matrícula nº 21917; Savio Goulart matrícula nº 21918; Ivair Vitorassi Preve matrícula nº 21919; Admir Taufembach matrícula nº 21920; Ronaldo Luiz da Silva matrícula nº 21921; Otilia Piucco Teixeira matrícula nº 21922; Lorivaldo Jose dos Santos matrícula nº 21923; Rosieli Nadir Vieira matrícula nº 21924; Albertina Piva matrícula nº 21925; Pamela de Borba da Silva matrícula nº 21926; Neiva dos Santos matrícula nº 21927; Rodrigo da Silva Gonçalves matrícula nº 21928; Tezza Montagens Eletricas Ltda – EPP matrícula nº 21929; Tofik Seidu matrícula nº 21930; Graciela Alves de Oliveira matrícula nº 21931; Aclezio Recco matrícula nº 21932; Deraldo Mauri Mauricio matrícula nº 21933; Fabio



Prefeito Paulino Bif, nº 151, bairro centro, neste município. Também estabeleceu que as convocações fossem para 17h00min (dezesete) horas em primeira convocação com a presença de 2/3 de seus associados as 18h00min (dezoito) horas em segunda convocação com a presença da metade mais um de seus associados ou as 19h00min (dezenove) horas em terceira e ultima convocação com a presença de no mínimo 10 (dez) associados, com as seguintes: ORDEM DO DIA: 1) (primeiro) Prestação de contas do conselho de administração acompanhado de parecer do conselho fiscal e auditoria independente referente exercício de 2016 (dois mil e dezesseis), compreendendo: a) Relatório de gestão. b) Balanço patrimonial. c) Demonstrativos das perdas apuradas no exercício de 2016 (dois mil e dezesseis). d) Parecer do conselho fiscal e parecer de auditores independentes; 2) (segundo) Destinação das perdas apuradas no exercício 2016 (dois mil dezesseis). 3) (terceiro) Eleição e posse dos componentes do conselho de administração período 2017 (dois mil e dezessete) a 2020 (dois mil e vinte), conselho fiscal período 2017 (dois mil dezessete e delegados representantes junto a FECOERUSC para o período de 2017 (dois mil e dezessete) até a assembleia geral ordinária de 2021 (dois mil e vinte e hum). 4) (quatro) Fixação de pró-labore ao presidente e cédula de presença as reuniões do conselho de administração e conselho fiscal. 5) (quinto) Aprovação do plano de investimentos para exercício de 2017 (dois mil e dezessete). 6) (sexto) Assuntos gerais. Item 4º (quarto) O conselho de administração após análise da reforma estatutária decidiu que a data máxima para apresentação de chapas é o dia 23 (vinte e três) de janeiro de 2017 (dois mil e dezessete) visto que na aprovação circunstanciada em ata da assembleia geral extraordinária realizada no dia 27 (vinte e sete) de março de 2014 (dois mil e quatorze) não contempla a aprovação da mudança do prazo estabelecida no artigo 43 (quarenta e três) do estatuto social. Item 5º (quinto) O conselho de administração avaliou o pré-balanço patrimonial a ser submetido à apreciação da assembleia geral e determinou: a) Que sejam aplicadas para a contabilidade societária as disposições legais contidas na resolução Aneel nº 605 (seiscentos e cinco) de 11 (onze) de março de 2015 (dois mil e quinze) e suas alterações. b) Que também seja aplicada as premissas constantes na resolução Aneel nº 396 (trezentos e noventa e seis) de 26 (vinte e seis) de fevereiro de 2010 (dois mil e dez) que estabelecem as diretrizes do balanço regulatório em todos os seus efeitos com relação à avaliação dos ativos. c) Que seja cumprida as determinações constantes do despacho nº 3.371 de 22 de dezembro de 2016 e demais despachos editados pela ANEEL (Agencia Nacional de Energia Elétrica). d) Adoção das normas brasileiras de contabilidade através da interpretação técnica NBC T 10.8 – IT – 01, Entidades Cooperativas aprovada pela resolução CFC (Conselho Federal de Contabilidade) nº 1013/2005 (hum mil e treze de dois mil e cinco). e) Aplicação da resolução do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) nº 1255/2009 (um mil duzentos e cinquenta e cinco de dois mil e nove) NBC TG – 1000 (R1), que normatiza as rotinas para elaboração das demonstrações financeiras de pequenas e médias empresas. f) A não aplicação de “Impairment” redução ao valor recuperável dos bens constantes do ativo imobilizado instituído conforme NBC TG – 01(R1), CFC (Conselho Federal de Contabilidade) nº 1292/2010 (um mil duzentos e noventa e dois de dois mil e dez) por entender que a recuperabilidade dos ativos esta garantida no contrato de permissão que estabelece o valor de reversão dos




bens quando de seu rompimento ou encerramento. g) Aplicação das taxas de depreciação estabelecidas nas resoluções Aneel consideradas como satisfatórias a cumprir as estimativas do custo atribuído. h) Constituir provisão para devedores duvidosos dos recebíveis conforme estabelecido nas normatizações regulatórias por entender suficientes para o equilíbrio do negócio. i) Constituir provisão de ações trabalhistas e cíveis na forma estabelecida pelos procuradores constituídos quando cabível. j) Não constituir provisão no exercício de 2016 (dois mil e quinze) de recebíveis de consumidor em processo de recuperação judicial que estejam com unidade consumidora ativa. i) Aplicação da recomendação técnica emanada do OCPC nº 0008 - Reconhecimento de determinados ativos e passivos nos relatórios contábil-financeiros de propósito geral das distribuidoras de energia elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião. Esta ata após lida se aprovada e assinada por mim secretário e demais membros. Esta ata foi lavrada em paginas produzida por meio eletrônico conforme artigo 32º (trigésimo segundo) inciso "III" do estatuto social.

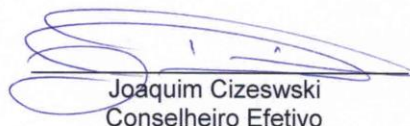
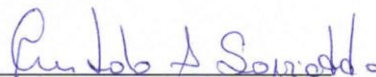
Morro da Fumaça, 05 de janeiro de 2017.



Ricardo Tadeu Canto Bittencourt
Presidente


Augusto de Agostin
Secretário

Agenir Donato Zaccaron
Vice Presidente


Joaquim Cizeswski
Conselheiro Efetivo

Amarildo Antonio Saviatto
Conselheiro Efetivo



Manoel Antonio de Souza
Conselheiro Efetivo



Anderson Maragno
Conselheiro Suplente



Almiro de Campos Vieira
Conselheiro Suplente



José Matiola Dandolini
Conselheiro Suplente

**EDITAL DE
CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

O Presidente da **COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE - CERMOFUL ENERGIA**, inscrita sob o CNPJ/MF nº 86.533.346/0001-70, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo estatuto social, convoca os senhores associados para comparecerem a **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA** a realizar-se no dia **27 de janeiro de 2017**, na sede social, sito a Rua Prefeito Paulino Bif, nº 151, Centro, neste Município, às 17h00min horas em primeira convocação com a presença de 2/3 de seus associados às 18h00min horas em segunda convocação com a presença de metade mais um de seus associados ou às 19h00min horas em terceira e última convocação com a presença de no mínimo 10 (dez) associados para deliberarem as seguintes:

ORDEM DO DIA

- 1) Prestação de contas do conselho de administração acompanhado de parecer do conselho fiscal e auditoria independente referente exercício de 2016, compreendendo:
 - a) Relatório da gestão.
 - b) Balanço patrimonial.
 - c) Demonstrativo das perdas apuradas no exercício de 2016.
 - d) Parecer do conselho fiscal e parecer da auditoria.
- 2) Homologação da utilização do fundo de expansão e melhoria para abatimento das perdas apuradas no exercício de 2016.
- 3) Eleição e posse dos componentes do conselho de administração período 2017 a 2020, conselho fiscal período 2017 e delegados representantes junto a Fecoerusc período 2017 até a assembleia geral de 2021.
- 4) Fixação de pró-labore ao presidente e cédula de presença para as reuniões do conselho fiscal e demais membros do conselho de administração.
- 5) Aprovação do plano de investimentos para o exer-

cício de 2017.

- 6) Assuntos gerais.

Observações:

- a) Para efeito de verificação de quorum a Cooperativa possui 15.253 associados.
- b) Os documentos a serem apreciados no item (01) primeiro da ordem do dia, estarão disponíveis aos associados a partir do dia 17/01/2017, na sede social.
- c) Interessados a concorrer aos cargos sociais do conselho de administração, conselho fiscal e delegados representantes junto a Fecoerusc, deverão compor chapas que deverão ser inscritas junto à administração na sede da Cermoful até as 17h00min horas do dia 23/01/2017, no horário de atendimento comercial.
- d) As chapas apresentadas deverão conter a documentação prevista no artigo 43º do estatuto social, e expressa concordância de seus componentes.
- e) Havendo chapa única inscrita para eleição do conselho de administração, conselho fiscal e delegados representantes junto a Fecoerusc o item 3º (terceiro) da ordem do dia será votado por aclamação no dia 27/01/2017.
- f) Registrando-se mais de uma chapa a concorrer eleição do conselho de administração, conselho fiscal e delegados representantes junto a Fecoerusc a assembleia permanecerá em aberto durante o dia 28/01/2017, no período compreendido entre 08h30min e 16h00min horas quando serão votadas as chapas apresentadas e em seguida apurados os resultados e empossados os eleitos em seus respectivos cargos.
- g) Os locais de votação são:
 - 1) Escola de Educação Básica Princesa Isabel, sito a Rua 15 de Novembro, nº 437, Centro, município de Morro da Fumaça onde votarão os associados com unidade de consumo nos municípios de Morro da Fumaça, Cocal do Sul, Pedras Grandes e Urussanga.

- 2) Escola Estadual Básica Quintino Folharini Dajori, sito a Rua Santa Rita de Cássia, s/nº, bairro Presidente Vargas, município de Içara onde votarão os associados com unidade de consumo nos municípios de Criciúma e Içara.
- h) Associados com unidade de consumo em mais de um município terão como local de votação a sede do município de Morro da Fumaça.
- i) Para exercer seu direito de voto o associado deverá apresentar-se munido de documento que o identifique com fotografia e estar rigorosamente em dia com as obrigações junto a Cooperativa.
- j) As pessoas jurídicas associadas, para exercer direito de voto deverão apresentar contrato social e última alteração contratual ou ata para comprovação do representante legal devidamente registrada.
- k) As entidades associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar livro de atas ou estatuto para comprovação do representante legal devidamente registrada.
- l) Não será permitida a votação por procuração.
- m) A lista de associados estará disponível na sede da Cermoful e no site www.cermoful.com.br, no ato da publicação do edital de convocação.
- n) A lista de votação será confeccionada na véspera da assembleia obedecendo ao disposto no estatuto social.
- o) Será admitida a quitação de débitos até às 17h00min horas do dia 27 de janeiro do corrente em agentes arrecadadores, que deverão ser comprovados com a apresentação de nota fiscal de fornecimento de energia elétrica devidamente autenticada pelo agente arrecadador.

Morro da Fumaça, 06 de janeiro de 2017.

Ricardo Tadeu Canto Bittencourt
Presidente



PARECER DO CONSELHO FISCAL

CNPJ: 86.533.346/0001-70

NIRE:42.40000378-8

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE – CERMOFUL ENERGIA. Aos 23 (vinte três) dias do mês de janeiro de 2017 (dois mil e dezessete) reuniram-se na sede da Cermoful os membros do conselho fiscal, registrando-se presença de todos os conselheiros. A reunião teve início às 17h30min (dezessete e trinta) horas, registrando o comparecimento dos conselheiros senhores: Conselho Fiscal – Efetivos: Sebastião Campos, Ambrósio Eliseu Matiola e Baltazar de Rochi; Conselho fiscal – Suplentes: Jorge Pinto, Valcir dos Santos e Wilson João Bortolim. Iniciando os trabalhos o coordenador senhor Sebastião Campos agradeceu o comparecimento dos presentes convidou os presentes aos trabalhos de conclusão da fiscalização para emissão do parecer das demonstrações financeiras. Passaram a examinar e apreciar o seguinte: balanço patrimonial, sobras e perdas, demonstrativos estatísticos e contas relacionadas com o exercício 2016 (dois mil e dezesseis), compreendido entre 01 (primeiro) de janeiro e 31 (trinta e um) de dezembro do referido ano, bem como relatório anual do conselho de administração. Procedido aos exames detalhados das peças contábeis e demonstrativos resolvem emitir o seguinte parecer: Cumprindo determinações estatutárias e ao mandato que nos foi conferido, declaramos: "que após exame dos documentos contábeis, caixa, conciliação bancária e demais informações como balanço patrimonial, contas de sobras e perdas e contabilidade e ainda baseado nas reuniões regulamentares efetuadas até a presente data nas quais tomamos conhecimentos de todos os atos praticados, encontrando tudo em perfeita ordem". Em vista da realização da assembleia geral ordinária, emitimos parecer favorável no sentido de que as informações e demonstrativos sejam aprovados pelos associados. Também verificamos que o edital de convocação da assembleia geral marcada para o dia 27 e 28 (vinte sete e vinte oito) de janeiro do corrente ano está sendo divulgado dentro do prazo previsto pelo estatuto social. O conselho fiscal avaliou o pedido de registro das 3 (três) chapas a concorrer a eleição do conselho de administração, conselho fiscal e delegados representantes junto a Fecoerusc, encontrando a mesma em condições de ser votada na assembleia geral visto que apresentaram a documentação estabelecida no estatuto social. O conselho fiscal após leitura da resolução que criou a comissão de eleição escolheu a compor esta como representante do conselho fiscal o membro Baltazar de Rochi. Nada mais havendo a tratar deuse por encerrada a reunião. Está ata se aprovada é assinada por mim secretário pelo coordenador e membro. Esta ata é produzida por meio eletrônico conforme disposição do estatuto social.

Morro da Fumaça - SC, 23 de janeiro de 2017.

Conselho Fiscal - Efetivos

Sebastião Campos – Coordenador


Ambrósio Eliseu Matiola – Secretário
Baltazar de Rochi – Conselheiro**Conselho Fiscal - Suplentes**
Jorge Pinto

Valcir dos Santos


Wilson João Bortolim

PARECER DE AUDITORIA – SOCIETÁRIA**AUDICONSULT**
AUDICONSULT Auditores S/S**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos
Diretores, Conselheiros e Associados da
COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE - CERMOFUL
Morro da Fumaça - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE - CERMOFUL**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE - CERMOFUL**, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada: "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cooperativa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, chamamos atenção para o fato de aumento significativo de recursos para fazer frente a aquisição de ativos (construção da subestação) bem como aumento das obrigações dos encargos setoriais, como consequência, o excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes em valor de R\$ 7.522 mil em 2016, podendo comprometer a capacidade de pagamento da cooperativa caso não sejam concretizadas as tratativas da administração no alongamento no prazo de pagamento das obrigações de curto prazo.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A cooperativa está desobrigada de apresentar o Relatório da Administração. Não temos nada a relatar a este respeito.

AUDICONSULT

AUDICONSULT Auditores S/S

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE - CERMOFUL** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorções relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

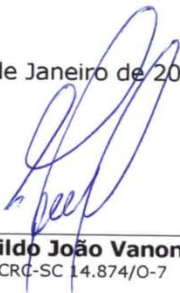
Rua Vereador Mário Coelho Pires, n.º 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 - São José - SC
Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259.2444 - e-mail: audiconsult@audiconsult.com.br - 3 -

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas no planejamento que identificamos durante nossos trabalhos.

São José (SC), 13 de Janeiro de 2017.



Hermenegildo João Vanoni
Contador – CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE - CERMOFUL ENERGIA
CNPJ: 86.533.346/0001-70
NIRE: 424 000378 8
RUA PREFEITO PAULINO BIF, N° 151, BAIRRO CENTRO.
MORRO DA FUMAÇA/SC CEP: 88.830-000 TELEFONE: (48) 3434-8100.

I. DATA, HORA, LOCAL: Aos vinte e sete (27) dias do mês de janeiro de dois mil e dezessete (2.017), às 19:00 horas, na sede social da Cermoful - Energia, sita na Rua prefeito Paulino de Bif, n° 151, Bairro Centro, na cidade de Morro da Fumaça/SC, realizou-se a assembleia geral e ordinária da Cooperativa Fumacense de Eletricidade - Cermoful - Energia.

II. PRESENCAS: Estiveram presentes 960 (novecentos e sessenta) associados, conforme assinaturas constantes nas listas de presenças das assembleias gerais, às folhas n° (01 a 50), realizando-se a assembleia em 3ª convocação, esclarecido que nesta data é de 15.253 (quinze mil duzentos e cinquenta e três) o número de associados aptos a votar. O edital de convocação foi amplamente divulgado através de circulares enviadas a todos os associados, rádios regionais, afixado em lugar próprio na sede da cooperativa em 06 de janeiro de 2.017 e publicado no jornal: Jornal A Tribuna, de 06, 07 e 08 de janeiro de 2.017, página 04; Jornal Diário de Notícias, de 06, 07 e 08 de janeiro de 2.017, página 28.

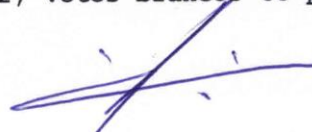
III. COMPOSIÇÃO DA MESA:

Presidente: Sr. Ricardo Tadeu Canto Bittencourt.
Vice-Presidente: Sr. Agenir Donato Zaccaron.
Secretário: Sr. Augusto De Agostin.
Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal presentes.
Secretário dos Trabalhos: Sr. Augusto De Agostin.
Outros: Sr. Hesmezenrik Giordani Nunes.

Obs: 1) Durante as deliberações sobre as prestações de contas do exercício findo e fixação de honorários, gratificações e cédulas de presença para os conselhos de administração e Fiscal, presidiu a assembleia o presidente "ad-hoc" Sr. Marcos Silveira de Jesus, sendo secretário "ad-hoc" o Sr. Hesmezenrik Giordani Nunes.

2) A eleição dos Conselho de administração, conselho fiscal e delegados representantes ocorreu no dia 28 de janeiro de 2.017 no período compreendido entre 8:30 as 16:00 horas nos locais preestabelecidos no edital de convocação.

IV. DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: As disposições contidas no item 1° da ordem do dia foram aprovadas por maioria simples de votos o item 1° da ordem do dia. O item 3° votado no dia 28 apresentou o seguinte resultado: Chapa 1 - Conselho de administração 3.276, Chapa 2 Conselho de administração 3.258, e Chapa 3 Conselho de administração 58 nulos 32, votos brancos 66 perfazendo um total de 6.690. Chapa



COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE - CERMOFUL ENERGIA
CNPJ: 86.533.346/0001-70
NIRE: 424 000378 8
RUA PREFEITO PAULINO BIF, N° 151, BAIRRO CENTRO.
MORRO DA FUMAÇA/SC CEP: 88.830-000 TELEFONE: (48) 3434-8100.

1 Conselho fiscal 3.091, Chapa 2 Conselho fiscal 3.178, Chapa 3 Conselho fiscal 62, votos nulos 24 e votos brancos 335 perfazendo um total de 6.690 votos. Chapa 1 Delegados Representantes 3.089, Chapa 2 Delegados Representantes 3.153 Chapa 3 Delegados representantes 63 votos, votos nulos 16, votos brancos 369 perfazendo um total de 6.690 e os demais itens foram aprovados por unanimidade dos votos, com abstenção dos legalmente impedidos de votar, as seguintes deliberações:

1° - Prestação de contas dos órgãos da administração, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal e parecer de auditoria independente, compreendendo: Relatório da gestão; balanço do exercício 2016; demonstrativo das sobras apuradas e parecer do Conselho Fiscal: Colocado em discussão, sanadas todas as dúvidas, após colocado em votação, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, tendo sido aprovado por maioria simples dos votos.

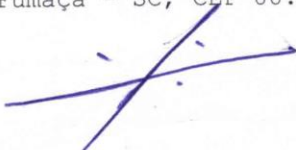
2° - Homologação da utilização do fundo de expansão e melhoria para abatimento das perdas apuradas no exercício de 2016: A Cooperativa apurou uma perda líquida de R\$ 3.991.353,59 (três milhões novecentos e noventa e um mil e trezentos e cinquenta e três reais e cinquenta e nove centavos) sendo aprovada por unanimidade a proposta de que sejam deduzidas do fundo de expansão e melhoria visto que este é resultante de sobras apuradas em outros exercícios.

3° - Eleição dos componentes do Conselho de Administração período 2.017 a 2.020, Conselho Fiscal para o exercício de 2.017 e Delegados Representantes junto a FECOERUSC período 2.017 até a AGO de 2.021.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Presidente: RICARDO TADEU CANTO BITENCOURT, brasileiro, empresário, casado pelo regime de comunhão universal de bens, portador da cédula de identidade n° 1.904.506, expedida pela SSP-SC, CPF n° 582.843.979-00, residente e domiciliado a Rua Eugênio Pagnan, n° 65, apartamento 02, Bairro Centro, município de Morro da Fumaça - SC, CEP 88.830-000, matrícula n° 4.192;

Vice-Presidente: RODNEY JOSÉ RECCO, brasileiro, empresário, casado em regime de comunhão universal de bens, portador da cédula de identidade n° 967.756, expedida pela SSP-SC, CPF n° 416.499.319-72, residente e domiciliado a rua Jácomo José Serafim, s/n°, apartamento n° 202, bairro De Costa, Município de Morro da Fumaça - SC, CEP 88.830-000, matrícula n° 2.735;



COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE - CERMOFUL ENERGIA
CNPJ: 86.533.346/0001-70
NIRE: 424 000378 8
RUA PREFEITO PAULINO BIF, N° 151, BAIRRO CENTRO.
MORRO DA FUMAÇA/SC CEP: 88.830-000 TELEFONE: (48) 3434-8100.

Secretário: EVERTON LUIZ MENEGHEL, brasileiro, agricultor, casado em regime de comunhão universal de bens, portador da cédula de identidade n° 332.852, expedida pela SSP - SC, CPF n° 343.480.269-04, residente e domiciliado a rodovia Genésio Mazzon - SC - 445, s/n°, Distrito de Estação Cocal, município de Morro da Fumaça - SC, CEP 88.835-00, matrícula n° 5.571;

Conselheiro - Efetivo:

LÉDIO BERTAN, brasileiro, empresário, casado pelo regime de comunhão universal de bens, portador da cédula de identidade n° 262.734, expedida pela SSP - SC, CPF n° 289.309.839-87, residente e domiciliado a rua Marcos Savaris, n° 94 bairro Monte Verde, município de Morro da Fumaça - SC, CEP 88.830-000, matrícula n° 1.547;

ANTONIO AMAURY CORAL, brasileiro, empresário, divorciado, portador da cédula de identidade n° 1.321.082-3, expedida pela SSP - SC, CPF n° 429.537.669-87, residente e domiciliado a rua Deputado Antônio Guglielmi Sobrinho, n° 140, bairro Centro, Município de Morro da Fumaça - SC, CEP 88.830-000, matrícula n° 3.942;

CLAIRTON NUNES JUNIOR, brasileiro, técnico em segurança do trabalho, casado pelo regime de comunhão universal de bens, portador da cédula de identidade n° 6.060.844.799, expedida pela SSP - RS, CPF n° 746.965.130-68, residente e domiciliado a rua Pedro Scremin, n° 267, bairro Demboski, município de Içara - SC, CEP 88.820-000, matrícula n° 15.023;

Conselheiro - Suplente:

DIEGO VIRTUOSO SALVAN, brasileiro, representante comercial, solteiro, portador da cédula de identidade n° 4.286.331, expedida pela SSP - SC, CPF n° 007.443.049-11, residente e domiciliado a rua João Pagnan, S/N°, Distrito de Estação Cocal, município de Morro da Fumaça - SC, CEP n° 88.835-000, matrícula n° 13.441;

ROGÉRIO JACINTO, brasileiro, representante comercial, casado pelo regime de comunhão universal de bens, portador da cédula de identidade n° 3.506.568, expedida pela SSP - SC, CPF n° 027.783.719-74, residente e domiciliado a rua João de Roche, n° 243, Distrito de Estação Cocal, município de Morro da Fumaça - SC, CEP 88.835-000, matrícula n° 13.939;

MANOEL MARQUES, brasileiro, aposentado, casado pelo regime de comunhão universal de bens, portador da cédula de identidade n° 833.978, expedida pela SSP-SC, CPF n° 342.837.499-15, residente e domiciliado a rua Dimer Pizzetti, n° 416, bairro Presidente Vargas, município de Içara - SC, CEP 88.820-000, matrícula n° 3.776.



COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE - CERMOFUL ENERGIA
CNPJ: 86.533.346/0001-70
NIRE: 424 000378 8
RUA PREFEITO PAULINO BIF, N° 151, BAIRRO CENTRO.
MORRO DA FUMAÇA/SC CEP: 88.830-000 TELEFONE: (48) 3434-8100.

CONSELHO FISCAL

Membro Efetivo: ERVÂNIO GERALDO FERNANDES, brasileiro, empresário, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, portador da cédula de identidade n° 1.938.573, expedida pela SSP - SC, CPF n° 589.810.479-87, residente a rua Marcos Savaris, n° 15, bairro Vila Rica, município de Criciúma - SC, CEP 88.830-000, matrícula n° 3.872;

Membro Efetivo: OZAILDO RODRIGUES DA SILVA, brasileiro, empresário, casado pelo regime de comunhão universal de bens, portador da cédula de identidade n° 6.675.579, expedida pela SSP - BA, CPF n° 040.569.076-25, residente a rua Manoel Jovino Patrício, n° 15, bairro Vila Rica, município de Criciúma - SC, CEP 88.800-000, matrícula n° 12.499;

Membro Efetivo: SIMONI CECHINEL DE ALMEIDA BRINA, brasileira, empresária, casada pelo regime de comunhão universal de bens, portadora da cédula de identidade n° 3.013.370, expedida pela SSP-SC, CPF n° 019.306.769-21 residente e domiciliada a rua 20 de maio, n° 447, bairro Centro, município de Morro da Fumaça-SC - SC, CEP 88.830-000, matrícula n° 7.138;

Membro Suplente: Marcelo Viana, brasileiro, policial militar, em união estável, portador da cédula de identidade n° 22.476.983, expedida pela SSP - SP, CPF n° 823.300.859-15, residente a rua Elias Maccari, n° 81, bairro Capelinha, município de Morro da Fumaça - SC, CEP 88.830-000, matrícula n° 14.462;

Membro Suplente: CLEBER RECCO, brasileiro, agricultor, casado em regime de comunhão universal de bens, portador da cédula de identidade n° 3.615.067, expedida pela SSP - SC, CPF 032.609.879-83, residente a rodovia municipal Tranquilo Sartor, s/n°, Linha Torrens, município de Morro da Fumaça - SC, CEP 88.830-000, matrícula 10.275;

Membro Suplente: JOSÉ BERTO HENRIQUE, brasileiro, empresário, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, portador da cédula de identidade n° 1.936.687, expedida pela SSP - SC, CPF 520.244.589-04, residente na Travessa Zeferino Cesca, n° 26, Distrito de Estação Cocal, município de Morro da Fumaça - SC, CEP 88.835-000, matrícula 8.548.

DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO A FECOERUSC

Membro Titular: JOSÉ VOLMIR MACCARI, brasileiro, empresário, casado pelo regime de comunhão universal de bem, portador da cédula de identidade n° 968.595, expedida pela SSP - SC, CPF 377.197.189-68, residente a rua Pedro Frasson, n° 266, bairro

COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE - CERMOFUL ENERGIA
CNPJ: 86.533.346/0001-70
NIRE: 424 000378 8
RUA PREFEITO PAULINO BIF, N° 151, BAIRRO CENTRO.
MORRO DA FUMAÇA/SC CEP: 88.830-000 TELEFONE: (48) 3434-8100.

Centro, município de Morro da Fumaça - SC, CEP 88.830-000,
matrícula 3.210;

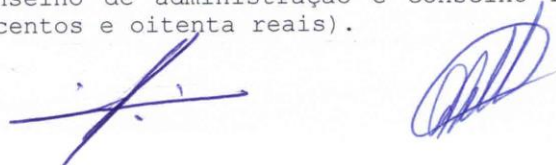
Membro Titular: ADILSON BERTAN, brasileiro, marceneiro, casado pelo regime de comunhão universal de bens, portador da cédula de identidade n° 3.361.828, expedida pela SSP - SC, CPF n° 999.564.709-53, residente e domiciliado a rodovia SC - 443, s/n°, bairro Demboski, município de Içara - SC, CEP 88.800-000, matrícula n° 12.987;

Membro suplente: VALENTIN ALANO, brasileiro, operador de equipamento, solteiro, nascido em portador da cédula de identidade n° 1.735.616, expedida pela SSP - SC, CPF n° 563.721.409-34, residente e domiciliado a rua Santo Antônio, n° 291, Distrito de Estação Cocal, município de Morro da Fumaça - SC, CEP 88.835-000, matrícula n° 7.689;

Membro suplente: BÁRBARA TACHINSKI GUEDIN MACHADO, brasileira, do lar, casada pelo regime parcial de bens, portadora da cédula de identidade n° 4.452.955, expedida pela SSP-SC, CPF n° 051.208.389-44, residente e domiciliada a rua Leonardo Bialeck, s/n°, bairro Linha Batista, município de Criciúma - SC, CEP 88813-540, matrícula n° 16.755.

Os membros do conselho de administração eleitos o mandato de quatro (4) anos os membros do conselho fiscal hum (1) ano e os delegados representantes junto a FECOERUSC para o mandato quatro (4) anos. Os membros eleitos para os cargos do conselho de administração, conselho fiscal e delegados representantes junto a FECOERUSC declaram que não estão impedidos por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro Nacional, contra as normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, bem como, não são parentes entre si até o segundo grau, em linha reta ou colateral.

4° - Fixação do valor dos honorários e cédulas de presença para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal: Foi convidado o presidente "ad-hoc", Sr. Marcos Silveira de Jesus, sendo secretario "ad-hoc" o Sr. Hesmezenrik Giordani Nunes, colocado em discussão, sanadas todas as dúvidas, após colocado em votação, foi aprovado que para o exercício de 2.017 o pró - labore ao presidente é de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e a cédula de presença aos demais conselheiros por comparecimento as reuniões do conselho de administração e conselho fiscal é de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais).



COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE - CERMOFUL ENERGIA
CNPJ: 86.533.346/0001-70
NIRE: 424 000378 8
RUA PREFEITO PAULINO BIF, N° 151, BAIRRO CENTRO.
MORRO DA FUMAÇA/SC CEP: 88.830-000 TELEFONE: (48) 3434-8100.

5° - Aprovação do plano de Investimento para o exercício de 2.017: Foi informado que dada a realização da eleição do conselho de administração o plano de investimentos para o exercício está sendo divulgado pelas chapas concorrentes considerando que a chapa eleita implementara as ações divulgadas. Colocado em discussão, sanadas todas as dúvidas, após votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

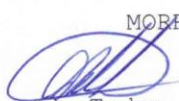
V - Assuntos gerais de interesse da sociedade: Foram discutidos os demais assuntos e sugestões de interesse da sociedade.

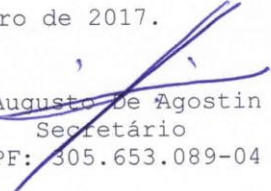
VI. FECHO:

Nada mais tendo a tratar, o presidente deu por encerrada a assembleia, agradecendo a presença de todos.

"CERTIFICAMOS QUE A PRESENTE É CÓPIA FIEL DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA PRODUZIDA POR MEIO ELETRONICO CONFORME DISPOSTO NO ARTIGO 26 § 2°, E POR SER VERDADE FIRMAMOS A PRESENTE".

MORRO DA FUMAÇA/SC, 27 de janeiro de 2017.



Ricardo Tadeu Canto Bittencourt
Presidente
CPF: 582.843.979-00


Augusto De Agostin
Secretário
CPF: 305.653.089-04



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 24/02/2017 SOB Nº: 20170151360
Protocolo: 17/015136-0, DE 03/02/2017

Empresa: 42 4 0000378 8
COOPERATIVA FUMACENSE DE
ELETRICIDADE - CERMOFUL


ROBERTA WEBER
SECRETARIA GERAL EM EXERCÍCIO

PARTICIPAÇÕES

Direção Geral

Ricardo Tadeu Canto Bittencourt

Presidente do Conselho de Administração

Produção

Wagner Mendes Correa

Departamento de Contabilidade

Supervisão

Hesmezenrik Giordani Nunes - HVA Service Solution Ltda (serviços de escritório e contabilidade)

Colaboração

Irian Rzatki

Audiconsult Auditores S/S

Auditoria Independente

Audiconsult Auditores S/S

São Jose / SC

Roteiro editorial e conteúdo

- Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971;
- Resolução do CFC nº 1.255/2009 alterada pela resolução CFC nº 1.329/2012;
- MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - Resolução ANEEL nº 605, de 11/03/2014;
- Resolução normativa ANEEL nº 396, de 23/02/2010;
- Estatuto social.

Agradecimentos

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

Departamento de Comunicação

Departamento Técnico

Departamento Comercial

Departamento de RH

RELATÓRIO ANUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Relatório da Administração Regulatório

Senhoras e senhores associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2016, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Cooperativa Fumacense de Eletricidade - CERMOFUL para a sociedade, parceiros e associados.

CARTA DO PRESIDENTE

Cenário

A Cooperativa Fumacense de Eletricidade - CERMOFUL atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 53 anos de existência.

O contrato de permissão para distribuição de energia elétrica nº040/2010-ANEEL, publicado em 20 de julho de 2010, garante à continuidade da regulamentação da estabilidade de mercado em nossa área de atuação e a modicidade tarifária aos associados e consumidores.

O prazo de vigência do contrato de permissão é de 30 (trinta) anos, podendo ser prorrogado por igual período, a juízo do poder concedente, contado a partir da data de sua celebração.

Em 2016, o agravamento do mau desempenho da economia na área da permissão novamente teve um reflexo negativo sobre a demanda por energia elétrica, com destaque para o setor industrial com uma redução de 10,88% com relação à 2015. O consumo do setor industrial e o mais representativo, atingindo o patamar de 59,62 GWh (66,90 GWh em 2015).

O consumo do setor industrial continua ainda o maior representando 55,63% de toda a energia comercializada pela permissionária em 2016.

As tarifas praticadas pela CERMOFUL foram corrigidas pela resolução homologatória nº 2.143 publicada em 27 de setembro de 2016 com vigência até o dia 30 de setembro de 2017.

No âmbito social, ampliamos atividades que buscam a melhoria de condições sociais para à sociedade, realizando eventos de grande relevância para beneficiar não somente os associados, mas a comunidade em geral. A manutenção preventiva continua tratada como prioridade da gestão, de forma a melhorar expressivamente os índices de qualidade e continuidade.

DISTRIBUIÇÃO

A Cermoful - Cooperativa Fumacense de Eletricidade distribui energia elétrica no município de Morro da Fumaça com poligonais envolventes no município de Criciúma, Cocal do Sul, Içara, Urussanga e Pedras Grandes, atendendo 13.387 associados consumidores em sua área de permissão. Não atendendo consumidores livres. As áreas atendidas indicam para o município de Morro da Fumaça 78,727 km², Criciúma 27,162 km², Cocal do Sul 5,375 km², Içara 10,951 km², Urussanga 3,347 km² e Pedras Grandes 13,942 km².

Ligação de consumidores

Foram realizadas, no ano de 2016, 460 novas ligações, 557 religações de unidades consumidoras que estavam desativadas da rede e 724 desligamentos definitivos. Com destaque para as 460 ligações novas que foram: 224 residenciais, 29 comerciais, 03 rurais, 201 industriais, 01 poder público e 02 serviços públicos; totalizando 13.387 consumidores atendidos pela permissionária, número 2,24% superior ao ano de 2015.

Número de consumidores

Classe	2012	2013	2014	2015	2016
Residencial	9.132	9.420	9.799	10.476	10.683
Industrial	489	552	659	739	798
Comercial	898	957	978	1.052	1.066
Rural	671	710	719	717	728
Poderes públicos	98	88	90	91	91
Iluminação pública	6	6	6	6	6
Serviço público	12	12	14	13	15
Total	11.306	11.745	12.265	13.094	13.387
Variação	2,66%	3,88%	4,43%	6,76%	2,24%

Fonte: Departamento Comercial – CERMOFUL, 2016.

Comportamento do mercado

A distribuição de energia da CERMOFUL no período de janeiro a dezembro de 2016 foi de 107,16 GWh (112,95 GWh em 2015).

Novamente houve redução no consumo da permissionária sendo o segmento do mercado que mais contribuiu para esse resultado foi o industrial. As demais classes mantiveram o consumo apresentado em 2015. A classe industrial apresentou redução de 10,88% no consumo de energia elétrica, o que mostra que esse setor teve agravada a situação já ocorrida no último ano. O mau desempenho deve-se, principalmente, a crise econômica que continua assolando o país no exercício.

A classe residencial apresentou um tímido aumento de 5,09%.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado atendido - GWh	2012	2013	2014	2015	2016
Energia Faturada	96,75	104,25	116,22	112,95	107,16
Fornecimento	96,75	104,25	116,22	112,95	107,16

Residencial	21,43	22,45	23,90	24,77	26,03
Comercial	56,80	62,77	71,39	66,90	59,62
Industrial	10,91	11,17	12,32	12,08	12,11
Rural	2,84	2,94	3,37	3,20	3,33
Poderes Públicos	0,70	0,71	0,81	0,81	0,83
Iluminação Pública	3,95	4,08	4,29	5,03	5,08
Serviço Público	0,12	0,13	0,14	0,16	0,16
Total	96,75	104,25	116,22	112,95	107,16
Varição	7,29%	7,75%	11,48%	(2,81%)	(5,13%)

Fonte: Departamento Comercial – CERMOFUL, 2016.

As perdas totais de energia sobre a energia requerida apresentaram um aumento de 9,54% em 2016 para 2015. Este aumento é resultado da redução de consumo e ajustes em calendários de leituras efetuadas pela permissionária.

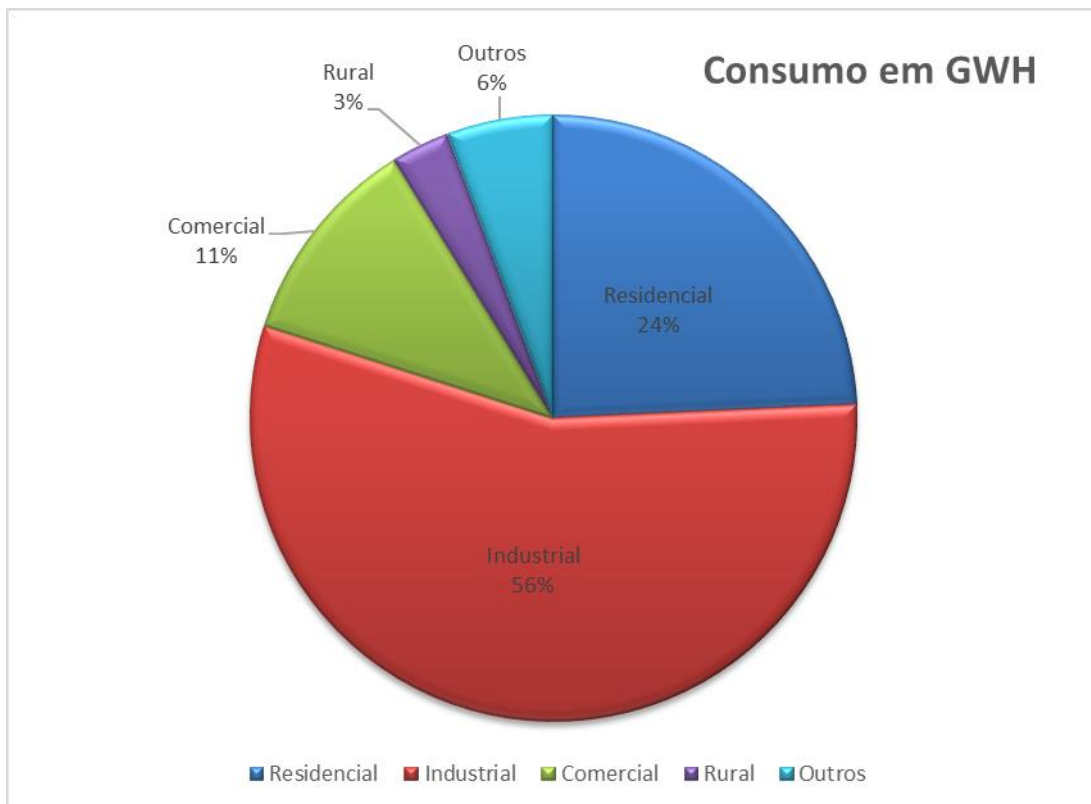
Balanço energético

Energia Requerida	2012	2013	2014	2015	2016
Venda de Energia					
Fornecimento	96,75	104,25	116,22	112,95	107,16
Consumidores livres	-	-	-	-	-
Energia contratual	-	-	-	-	-
Energia de curto prazo	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	96,75	104,25	116,22	112,95	107,16
Perdas Técnicas	4,60	5,36	5,57	4,12	4,51
Perdas Não Técnicas PNT	1,06	1,10	1,10	1,12	1,23
Perdas Totais	5,66	6,46	6,67	5,24	5,74
PT /Energia Requerida	5,53	5,84	5,43	4,43	4,08
Total	102,41	110,71	122,89	118,19	112,90

Fonte: Departamento Comercial / Técnico – CERMOFUL, 2016.



Fonte: Departamento Comercial / Técnico – CERMOFUL, 2016.



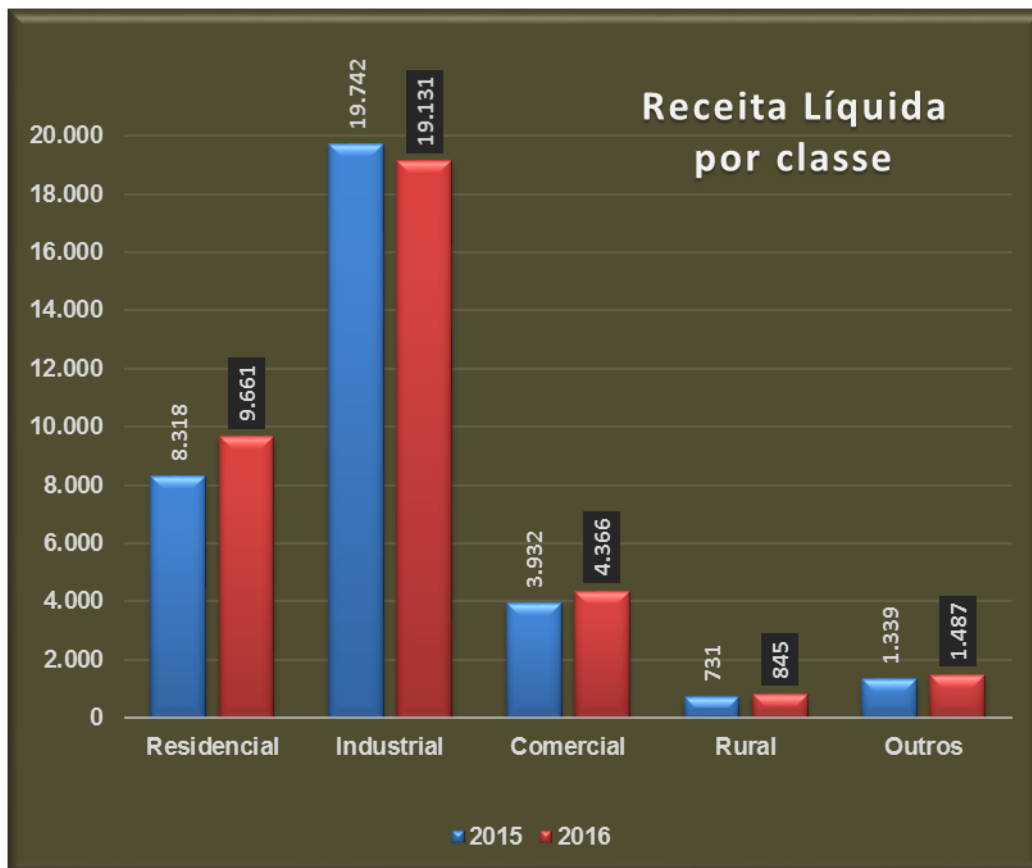
Fonte: Departamento Comercial – CERMOFUL, 2016.

Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 35.490 mil, conforme quadro a seguir:

Classe	Receita líquida em R\$ mil		
	2015	2016	%
Residencial	8.318	9.661	16,15
Industrial	19.742	19.131	(3,09)
Comercial	3.932	4.366	11,04
Rural	731	845	15,60
Outros	1.339	1.487	11,05
Total	34.062	35.490	4,19

Fonte: Departamento Comercial – CERMOFUL, 2016.



Fonte: Departamento Comercial – CERMOFUL, 2016.

Número de consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2016 apresentou um crescimento de 2,24% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Classe	2016	2015	%
Residencial	10.683	10.476	1,98

Industrial	798	739	7,98
Comercial	1.066	1.052	1,33
Rural	728	717	1,53
Outros	112	110	1,82
Total	13.387	13.094	2,24

Fonte: Departamento Comercial – CERMOFUL, 2016.

Tarifa

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2016, atingiu R\$ 331,21/MWh, com aumento de 9,82% com relação a dezembro de 2015.

Classe	Tarifa média de fornecimento
	2016
Residencial	371,22
Industrial	320,89
Comercial	360,46
Rural	253,83
Outros	315,39
Média	331,21

Fonte: Departamento Comercial – CERMOFUL, 2016.

As tarifas médias informadas correspondem a divisão da receita de fornecimento pela energia distribuída em mWh no exercício.

Qualidade do fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

DEC e FEC CERMOFUL 2016

Conjunto Cermoful			
Ano	Dec (horas)	Fec (interrupções)	Tempo de espera (horas)
2012	5,64	5,89	0,34
2013	11,75	6,6	0,37

2014	4,96	6,79	0,41
2015	2,47	3,37	0,44
2016	2,78	3,02	0,42

Atendimento ao consumidor

Foi lançado em de 2014 o programa de recuperação e ampliação do sistema de distribuição, que tem o objetivo de em 5 anos, transformar todo o sistema de distribuição em circuitos trifásicos.

Tecnologia da informação

O desenvolvimento dos negócios de uma cooperativa distribuidora de energia elétrica depende de soluções adequadas de tecnologia da informação, a qual suporta tudo o que a cooperativa faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

A administração tem mantido investimentos na contratação de soluções atuais de forma a manter a estrutura operacional moderna e eficiente.

O desenvolvimento da área de negócios de uma permissionária de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a permissionária faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Novos negócios

No ambiente empresarial e de mercado em que a cooperativa opera, é fundamental assegurar melhor qualidade, assim como o atendimento de novas necessidades dos consumidores.

Para tanto, a cooperativa vem adotando a estratégia de, mediante parcerias, aumentar sua capacidade de investimento e, ao mesmo tempo, oferecer aos seus associados/consumidores, mais alternativas de serviços, notadamente nas áreas em que é possível obter sinergias operacionais com os ativos ou com o acervo de conhecimentos da permissionária.

Participações da CERMOFUL:

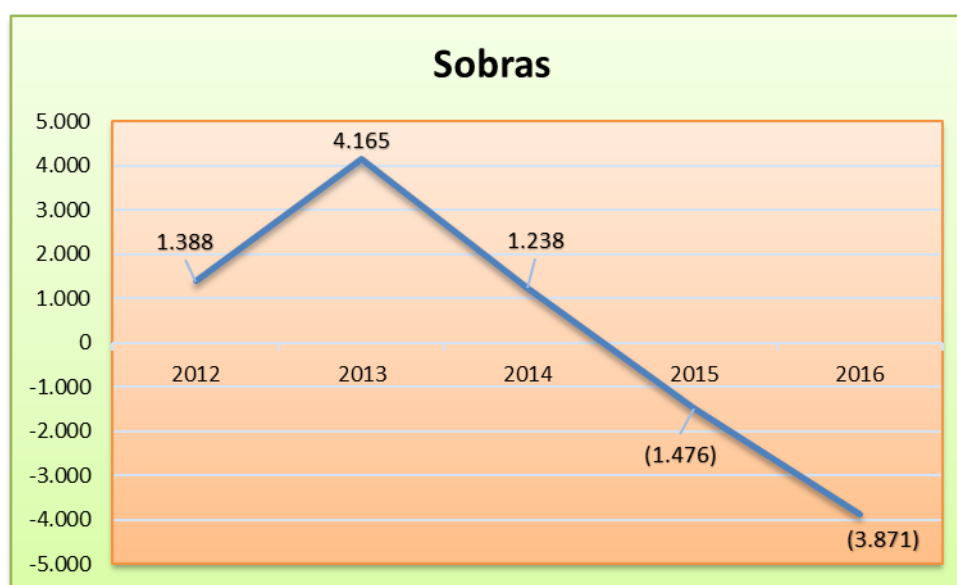
Empresas	Investimento (em R\$ Mil)	Participação da permissionária (em %)	Negócio
Sicoob	331	*	Cooperativa
Fecoerusc	4	*	Associação
Sicredi	31	*	Cooperativa
TOTAL	366	*	*

Fonte: Departamento contabilidade – CERMOFUL, 2016.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

Sobras

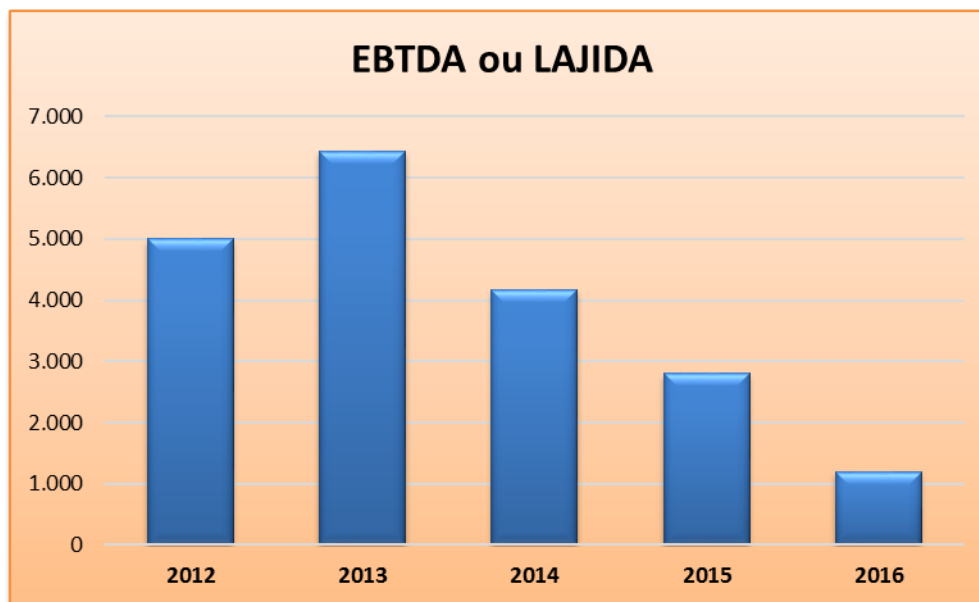
Em 2016, a perda líquida foi de R\$ 3.871 mil, contra R\$ 1.479 mil em 2015. A receita operacional líquida atingiu R\$ 29.548 mil, enquanto em 2015 situou-se em R\$ 30.246 mil. Essa redução de 2,31% resulta da continuidade de retração de consumo no mercado da permissionária ocorrido nos dois últimos exercícios.



Fonte: Departamento contabilidade – CERMOFUL, 2016.

As despesas operacionais totalizaram em 2016 R\$ 29.448 mil 1,35% superiores em relação à 2015, destacando-se os custos com: pessoal que foram superiores em 14,58%. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de (25,63)% contra (7,38)% em 2015.

O EBITDA ou LAJIDA, sobras antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 1.196 milhões, inferior em 42,64% a 2015, que foi de R\$ 2.805 milhões, conforme evolução abaixo:



Fonte: Departamento Contabilidade – CERMOFUL, 2016.

Investimentos

Em 2016, os investimentos da cooperativa, importaram em R\$ 2.455 1.690 mil, 45,26% superiores em relação à 2015, os quais foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Permissionária estima um investimento total de R\$ 5.204 mil.

Evolução e projetos de investimento

EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO DOS INVESTIMENTOS									
Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/12/2016					
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
AIS Bruto	18.193	1.690	2.455	921	1.143	892	1.062	1.186	
Transformador de Distribuição	189	177	498	76	83	90	100	111	
Medidor	454	325	648	248	248	248	248	248	
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	66	117	117	60	60	60	60	113	
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	897	1.071	1.010	537	752	494	582	714	
Redes Alta Tensão (69 kV)	4.255	-	-	-	-	-	-	-	
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Subestações Média Tensão (primário de 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	12.277	-	-	-	-	-	-	-	
Subestações Alta Tensão (primário de 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Demais Máquinas e Equipamentos	55	-	182	-	-	-	72	-	
Obrigações Especiais do AIS Bruto									
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização			832						
Outros									
<ul style="list-style-type: none"> Originadas da Receita Ultrapassagem de demanda Excedente de reativos Diferença das perdas regulatórias Outros Outros 									

Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição

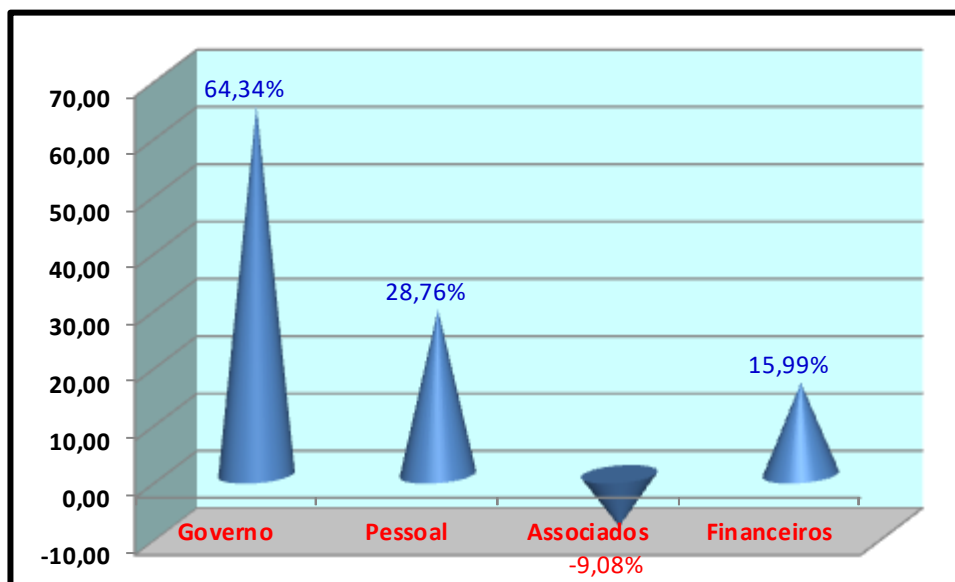
COMPARATIVO DOS INVESTIMENTOS EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA DISTRIBUIÇÃO						
R\$ Mil	2016R	2017P	2018P	2019P	2020P	2021P
Plano de Investimentos em 2016	2.455	921	1.143	892	1.062	1.186
R\$ Mil						
Plano de Investimentos em 2015	2016P	2017P	2018P	2019P	2020P	2020P
	1.071	1.428	1.174	1.416	1.572	-
Diferença	129%	-36%	-3%	-37%	-32%	

Captações de recursos

Para viabilizar o programa de investimentos a cooperativa utilizou recursos próprios resultantes de fundos estatutários.

Valor adicionado

Em 2016, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela cooperativa foi de R\$ 17.708 milhões, representando 37,18% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



Fonte: Departamento de contabilidade – CERMOFUL, 2016.

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos

Aos associados é garantido estatutariamente as sobras do exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente.

Além disso, a permissionária estatutariamente constitui reserva legal de 10% da sobra líquida do exercício e um fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição de 50% para cumprir os investimentos necessários ao cumprimento da universalização do serviço.

Composição do capital

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social da permissionária era de R\$ 10.695 mil, composto por 10.695 mil quotas partes, com valor nominal de R\$ 1,00 real cada.

Comportamento do preço das cotas partes

As quotas-parte permanecem com os preços previstos no Capítulo V, Do Capital Social, Art. 14º do estatuto social, ou seja, de R\$ 1,00 (um real) cada.

Atendimento aos associados

Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a cooperativa coloca à disposição dos seus associados, a Central de Atendimento aos Associados, instalada na sua Sede Social, sito a Rua Prefeito Paulino Biff, nº 151 – Centro – Morro da Fumaça – SC., COD (Centro de Operação e Distribuição), com plantão 24 horas na sede social.

Os mesmos serviços estão disponíveis também por telefone (48) 3434-8100, ligações pelo sistema DDG (Discagem Direta Gratuita) por meio do número 0800 6432616 7019 e através do site

Relações com o mercado

Ao longo do ano, a Cermoful realizou a assembleia geral onde compareceu um expressivo número de associados os quais demonstraram sua satisfação com o desempenho do serviço de distribuição.

GESTÃO

Administração

No início do ano 2016, a assembleia geral dos associados aprovou o plano de investimentos para o ano corrente, mostrando que as tarifas cobradas espelham com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial

A cooperativa vem obtendo êxito na adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve, em grande parte, à qualidade de seu planejamento empresarial.

Os rumos da cooperativa vêm sendo definidos com base no moderno conceito de planejamento por meio de cenários alternativos. Em 2016 foram realizados diversos treinamentos abrangendo cargos administrativos e técnicos a fim de alcançar os objetivos definidos.

A concepção do planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial da unidade e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças ambientais.

As tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das unidades de negócios para os horizontes de curto e médio prazo.

O êxito que a Permissionária vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Essa nova concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial das unidades e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando as tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas da Unidade de Negócio para os horizontes de curto e médio prazos.

Gestão pela qualidade total

Em 2016, as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade foram mantidas.

Recursos humanos

Em 2016 a permissionária investiu R\$ 30 em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados.

O investimento resultou em pequeno aumento no quadro de empregados da permissionária.

Responsabilidade social

Cada vez mais, a cooperativa vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Permissionária em números

Atendimento	2016	2015	%
Número de consumidores	13.387	13.094	2,24
Número de empregados	54	51	5,88
Número de consumidores por empregado	248	257	(3,44)
Número de postos de atendimento	1	1	-

Mercado	2016	2015	%
Área de permissão (Km ²)	139,05	139,05	-
Demanda máxima (MW)	23,03	26,00	(11,42)
Distribuição direta (MWh)	107.164	112.948	(5,12)
Consumo residencial médio (MWh/ano)	2,17	2,36	(8,10)
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	331,31	301,58	9,82
Total (exceto curto prazo)			
Residencial	371,22	335,79	10,55
Industrial	320,89	295,05	8,76
Comercial	360,46	325,48	10,75
Rural	253,83	229,26	10,72
Podere públicos	391,17	356,52	9,72
Iluminação pública	218,26	199,20	9,57
Serviços públicos	336,73	308,54	9,14
DEC (horas) – Conjunto – Lauro Müller	2,78	2,47	12,55

FEC (nº de interrupções) – Conjunto – Lauro Müller	3,02	3,37	(10,39)
População atendida – Rural (em milhares)	46,88	44,2	6,06
Número de reclamações para 13.094 consumidores	1.128	1.519	(25,74)

Dados operacionais	2016	2015	%
Linhas de distribuição (km)	596,80	581,93	2,56
Capacidade instalada (MVA)	53,42	49,97	6,90

Dados financeiros	2016	2015	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	47.623	44.800	6,30
Receita operacional líquida (R\$ mil)	29.548	30.246	(2,31)
Margem operacional do serviço líquida (%)	(12,17)	(4,88)	149,39
EBITDA ou LAJIDA	1.196	2.805	(57,36)
Sobras líquidas (R\$ mil)	(3.871)	(1.476)	162,26
Sobras líquidas por lote de 1000 quotas (R\$ mil)	-(3,87)	(1,48)	(229,89)
Patrimônio líquido (R\$ mil)	15.103	19.997	(24,47)
Valor patrimonial do lote de mil quotas (R\$ mil)	1	1	-
Rentabilidade do patrimônio líquido	(25,63)	(7,38)	247,25
Endividamento do patrimônio líquido	274,17	177,93	54,09

AUDITORES INDEPENDENTES

A Audiconsult Auditores S/S – São José/SC prestou os serviços de auditoria externa relativa às demonstrações financeiras do exercício de 2016.

AGRADECIMENTOS

Ao quadro funcional, que com empenho e dedicação conseguiu executar as atividades inerentes ao bom desempenho do serviço de distribuição de energia elétrica em nossa área de permissão.

Ao conselho de administração e conselho fiscal, que novamente se mantiveram unidos nas decisões de interesse da CERMOFUL.

A todos que indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da permissionária.

Ao associado consumidor que participou de todas as atividades da permissionária



expressando confiança na luta de consolidação do ideal cooperativo.

Morro da Fumaça - SC, 22 de fevereiro de 2017.

Ricardo Tadeu Canto Bittencourt
Presidente

Augusto de Agostin
Secretário



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em reais)

	Notas	2016	2015
Ativo			
Ativo circulante		11.887	11.314
Caixa e equivalentes de caixa		624	1.255
Consumidores	4	7.128	7.447
Serviços em curso		1.559	379
Tributos compensáveis		289	561
Almoxarifado operacional		609	484
Ativos financeiros setoriais	6	334	170
Despesas pagas antecipadamente		16	14
Outros ativos circulantes		1.328	1.004
Ativos de operações descontinuadas			
Bens destinados a alienação		377	310
Ativo não circulante		44.279	43.984
Consumidores		1.190	1.340
Depósitos judiciais e cauções		14	48
Tributos compensáveis		182	310
Imobilizado	5	42.769	42.133
Intangível		124	153
Total do ativo		56.543	55.608

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

	
RICARDO TADEU CANTO BITTENCOURT PRESIDENTE CPF 582.843.979-00	WAGNER MENDES CORREA CONTADOR CRC/SC 031791/O-6



BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em reais)

	Notas	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Passivo			
Passivo circulante		19.441	17.934
Fornecedores		6.117	5.221
Empréstimo e financiamento	7	1.634	1.484
Obrigações sociais e trabalhistas		843	771
Tributos		3.303	3.536
Provisão para litígios	9	24	28
Encargos setoriais		1.096	1.434
Passivos financeiros setoriais	6	2.256	1.176
Outros passivo circulantes		4.168	4.284
Passivo não circulante		21.999	17.677
Empréstimos e financiamentos	7	9.294	10.408
Tributos		3.002	685
Provisão para litígios	9	2.263	2.263
Outros passivos não circulantes	10	3.447	1.160
Obrigações vinculadas a permissão		3.993	3.161
Total do passivo		41.440	35.611
Patrimônio líquido	11		
Capital social		10.695	10.688
Outros resultados abrangentes		657	1.002
Reserva de sobras		7.622	8.307
Sobras a disposição da AGO		(3.871)	-
Total do patrimônio líquido		15.103	19.997
Total do passivo e do patrimônio líquido		56.543	55.608

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

 RICARDO TADEU CANTO BITTENCOURT PRESIDENTE CPF 582.843.979-00	 WAGNER MENDES CORREA CONTADOR CRC/SC 031791/O-6
---	---

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Valores expressos em reais)

	Notas	2016	2015
Receita / ingresso	12	47.623	44.800
Fornecimento de energia elétrica		45.788	44.168
Ativos e passivos setoriais		1.277	67
Serviços cobráveis		64	60
Doações, contribuições e subveções		494	505
Tributos		10.592	10.262
ICMS		10.508	10.188
Pis		15	13
Cofins		69	61
Encargos - Parcela "A"		7.483	4.292
Pesquisa e desenvolvimento - p&d		148	159
Programa de eficiência energética - pee		52	159
Conta de desenvolvimento energético - cde		5.502	1.943
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - tfsee		76	70
Outros encargos		1.705	1.961
Receita líquida / Ingresso líquido		29.548	30.246
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		14.994	14.310
Energia elétrica comprada para revenda		9.373	8.268
Encargo de uso do sistema de distribuição		5.621	6.042
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		14.554	15.936
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	14	14.454	14.745
Pessoal e administradores		7.104	6.200
Material		394	2.360
Serviços de terceiros		2.581	2.700
Arrendamento e alugueis		62	389
Seguros		31	34
Doações, contribuições e subvenções		198	122
Provisões		213	(83)
Perdas na Alienação de Bens e Direitos		398	178
(-) Recuperação de Despesas		(29)	(26)
Tributos		103	80
Depreciação e amortização		1.727	1.450
Gastos diversos		1.672	1.341
Outras receitas operacionais		467	567
Outros despesas operacionais		1.916	1.731
Resultado da Atividade		(1.349)	27
Resultado financeiro		(2.522)	(1.503)
Receita financeiras		818	1.328
Despesas financeiras		3.340	2.831
Resultado Antes dos Impostos Sobre a sobras		(3.871)	(1.476)
(-) Contribuição social		-	1
(-) Imposto de renda		-	2
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		(3.871)	(1.479)
Sobras por quotas-parte originada das operações em continuidade			
básico - sobras de operações continuadas atribuíveis aos associados	14.6	-0,01	-0,01

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.


 RICARDO TADEU CANTO BITTENCOURT
 PRESIDENTE
 CPF 582.843.979-00


 WAGNER MENDES CORREA
 CONTADOR
 CRC/SC 031791/O-6

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE E DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2016	2015
RESULTADO/SOBRA LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(3.871)	(1.476)
(+/-) Resultados Abrangentes	-	418
Reversão reserva de reavaliação NBC TG 27	-	-
Reversão reserva do FATES NBC T 10.8	-	418
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(3.871)	(1.058)
RESULTADO COM TERCEIROS	-	-
Resultado líquido do exercício (Operações com não associados)	-	-
Base para destinações legais e estatutárias	-	-
Fundo de reserva - Art. 47, inc. I - Estatuto Social - 10%	-	-
FATES - Art. 47, inc. II - Estatuto Social - 10%	-	-
Fundo exp.manut. sistema distribuição - Art. 47, inc. III - Estatuto Social - 50%	-	-
FATES - Operações com terceiros	-	-
(=) RESULTADO/SOBRA ABRANGENTE ATRIBUÍVEL AOS ASSOCIADOS NA AGO	-	-


 RICARDO TADEU CANTO BITTENCOURT PRESIDENTE CPF 582.843.979-00	 WAGNER MENDES CORREA CONTADOR CRC/SC 031791/O-6
---	---

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC

 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2016	2015
Atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	(3.871)	(1.476)
Despesas (receitas que não afetam o caixa)	1.940	1.367
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	213	(83)
Depreciação e amortização	1.727	1.450
Resultado ajustado do exercício	(1.931)	(109)
Redução (aumento) no ativo circulante	(1.204)	711
Consumidores	319	(1.282)
Serviços em curso	(1.180)	(210)
Tributos a compensar	272	524
Estoque	(125)	1.793
Ativos financeiros setoriais	(164)	-
Despesa do exercício seguinte	(2)	5
Outros ativos circulantes	(324)	(119)
Aumento (redução) no passivo circulante	1.507	4.480
Fornecedores	896	4
Empréstimos e financiamentos	150	486
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	72	101
Tributos	(233)	2.041
Provisão para litígios	(4)	-
Encargos setoriais	(338)	698
Passivos regulatórios	1.080	1.145
Outras contas a pagar	(116)	977
Redução (aumento) no ativo não circulante	312	218
Tributos a compensar	128	74
Depósitos judiciais	34	27
Consumidores, concessionárias e permissionárias	150	227
Ajuste a valor presente	0	(56)
Redução (aumento) no passivo não circulante	5.436	1.378
Tributos e contribuições sociais	2.317	585
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público	832	649
Ativos financeiros da permissão	-	144
Outras ativos não circulantes	2.287	-
Total das atividades operacionais	4.120	6.678
Atividades de investimento		
Redução/Aumento no intangível	(2.547)	(1.862)
Outros Investimentos/pagamentos	(67)	(146)
Total das atividades de investimento	(2.614)	(2.008)
Atividades de financiamento		
Varição de Empréstimos e Financiamentos	(1.114)	(1.944)
Capital a integralizar	7	11
Utilização de reservas	(1.030)	(1.608)
Total das atividades de financiamento	(2.137)	(3.541)
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa	(631)	1.129
Saldo inicial de caixa	1.255	126
Saldo final de caixa	624	1.255
Varição no caixa e equivalentes de caixa	(631)	1.129

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

 RICARDO TADEU CANTO BITTENCOURT PRESIDENTE CPF 582.843.979-00	 WAGNER MENDES CORREA CONTADOR CRC/SC 031791/O-6
--	--

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação societária						
	Capital Social	Ajustes de avaliações patrimoniais	Reservas de sobras			Saldo a disposição da AGO	Total do patrimônio líquido
			Fundo de reserva	FEMSD	FATES		
Saldos em 31 de dezembro de 2014	10.677	1.240	1.835	7.022	419	686	21.879
Capital Social							
Desmembramento	-	-	-	-	-	-	-
Integralização das sobras	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de quotas	39	-	-	-	-	-	39
Capital a integralizar	(1)	-	-	-	-	-	(1)
Devolução de capital	(27)	-	-	-	-	-	(27)
Integralização de reservas/fundos	-	-	-	-	-	(686)	(686)
Realização de reservas/fundos	-	(238)	-	-	(419)	419	(238)
Resultado do exercício (Ativ. com associados)	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	-	-
Fates - Art. 87 da Lei 5.764/71 (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	-	-
Destinações estatutárias:							
Fundo de reserva	-	-	(1.059)	-	-	-	(1.059)
Fates	-	-	-	-	-	(419)	(419)
Fundo expansão manutenção sistema distribuição	-	-	-	509	-	-	509
Saldos em 31 de dezembro de 2015	10.688	1.002	776	7.531	-	-	19.997
Capital Social							
Desmembramento	-	-	-	-	-	-	-
Integralização das sobras	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de quotas	40	-	-	-	-	-	40
Capital a integralizar	(5)	-	-	-	-	-	(5)
Devolução de capital	(28)	-	-	-	-	-	(28)
Integralização de reservas/fundos	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas/fundos	-	(345)	-	(685)	-	-	(1.030)
Resultado do exercício (Ativ. com associados)	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	(3.871)	(3.871)
Fates - Art. 87 da Lei 5.764/71 (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	-	-
Destinações estatutárias:							
Fundo de reserva	-	-	-	-	-	-	-
Fates	-	-	-	-	-	-	-
Fundo expansão manutenção sistema distribuição	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	10.695	657	776	6.846	-	-	15.103

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

 RICARDO TADEU CANTO BITTENCOURT PRESIDENTE CPF 582.843.979-00	 WAGNER MENDES CORREA CONTADOR CRC/SC 031791/O-6
---	---

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Cooperativa é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de Permissão.

De acordo com o contrato de permissão de distribuição, essa Cermoful está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis ("Custos da Parcela A"); e (2) uma parcela de custos operacionais ("Custos da Parcela B"). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da permissão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Cooperativa, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (Ajuste Escalar) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as permissões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Cooperativa pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Cermoful solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas permissionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da Cermoful. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma

vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatória

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias apresentadas nas páginas **33 a 34**, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de Permissão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de Permissão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em **31 de março de 2014**. (Laudo de Ativos) A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (Permissão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Cermoful não agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à Permissão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das permissionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas

obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para sobras acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social - nota explicativa nº - não foi feita reavaliação no balanço societário.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

A reavaliação foi registrada em 31 de março de 2014, com base em Laudo de Reavaliação e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 28 de setembro de 2014.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Cermoful é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada.

A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4. Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

Composição das Contas a Receber

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES						Total	Provisão p/ Devedores Duvidosos	VALORES RENEGOCIADOS				TOTAL 2016	TOTAL 2015	
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA						RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
- Residencial	922	-	299	3	5	286	1515	(294)	-	42	-	-	(23)	1.240	1.278
- Industrial	1799	-	342	6	587	552	3.286	(552)	-	1519	-	1.190	(116)	5.325	5.690
- Comercial	499	-	100	3	5	68	675	(73)	-	56	-	-	(3)	655	678
- Rural	116	-	27	-	-	2	145	(2)	-	-	-	-	-	143	133
- Poderes Públicos	31	-	1	-	-	-	32	-	-	1	-	-	-	33	13
- Iluminação Pública	116	-	-	-	-	14	130	(14)	-	2	-	-	(2)	116	256
- Serviço Público	6	-	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-	6	6
- Serviço Taxado	7	-	3	-	-	2	12	(2)	-	-	-	-	-	10	8
- Fornecimento Não Faturado	482	-	-	-	-	-	482	-	-	-	-	-	-	482	548
Participação Financeira do Consumidor	59	-	38	-	-	-	97	(18)	-	-	-	-	-	79	64
- (-) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	229	-	-	-	-	-	229	-	-	-	-	-	-	229	114
TOTAL	4.266	-	810	12	597	924	6.609	(955)	-	1.620,00	-	1.190	(146)	8.318	8.788

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – Resolução ANEEL nº. 605, de 11/03/2014, item 7.2.8 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;

Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e

Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Os parcelamentos de débitos estão reconhecidos em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

5. Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2016	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015	Obrigações especiais brutas	Amortização acumulada	Obrigações especiais líquidas
Distribuição	35.973	8	1.757	15.273	-	49.497	13.524	11.605	37.892	25.317	1.656	98	1.558
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeito	-	8	4	-	-	4	4	-	4	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	35.850	-	1.753	15.273	-	49.370	13.520	11.523	37.847	25.266	1.656	98	1.558
Veículos	93	-	-	-	-	93	-	67	26	34	-	-	-
Móveis e utensílios	30	-	-	-	-	30	-	15	15	17	-	-	-
Administração	1.926	12	11	-	-	1.927	1	365	1.562	1.612	-	-	-
Terrenos	817	9	11	-	-	815	(2)	-	815	817	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeito	615	-	-	-	-	615	-	48	567	573	-	-	-
Máquinas e equipamentos	345	3	-	-	-	348	3	235	113	144	-	-	-
Veículos	53	-	-	-	-	53	-	18	35	42	-	-	-
Móveis e utensílios	96	-	-	-	-	96	0	64	32	36	-	-	-
Comercialização	82	-	-	-	-	82	0	29	53	60	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	46	-	-	-	-	46	0	22	24	29	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	36	-	-	-	-	36	-	7	29	31	-	-	-
Subtotal	37.981	20	1.768	15.273	-	51.506	13.525	11.999	39.507	26.989	1.656	98	1.558
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2016	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015	Obrigações especiais brutas	Amortização acumulada	Obrigações especiais líquidas
Distribuição	15.144	6.896	18.800	-	-	3.240	(11.904)	-	3.240	15.144	2.435	-	2.435
Máquinas e equipamentos	13.776	2.777	15.429	-	-	1.124	(12.652)	-	1.124	13.776	1.023	-	1.023
Outros	1.369	4.119	3.371	-	-	2.117	748	-	2.117	1.368	1.412	-	1.412
Administração	-	23	-	-	-	23	23	-	23	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	23	-	-	-	23	23	-	23	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	15.144	6.919	18.800	-	-	3.263	(11.881)	-	3.263	15.144	2.435	-	2.435
Total do Ativo Imobilizado	53.125	6.939	20.568	15.273	-	54.769	1.644	11.999	42.770	42.133	4.091	98	3.993

A composição do intangível é como segue:

Ativo Intangível em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Bruto em 31/12/2015
Distribuição	73	-	-	-	-	73	-	-	73	73
Servidões	73	-	-	-	-	73	-	-	73	73
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	79	84	-	-	-	163	84	122	41	79
Softw ares	79	84	-	-	-	163	84	122	41	79
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	152	84	-	-	-	236	84	122	114	152

Ativo Intangível em Curso - R\$ Mil										
Distribuição	-	10	-	-	-	10	10	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	10	-	-	-	10	10	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	10	-	-	-	10	10	-	-	-
Total do Ativo Intangível	265	94	-	-	-	246	94	122	124	152

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2016	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	45.685	3.176	1.008	-	1.644	49.497	2.168
Transformador de Distribuição	5.271	499	303	-	4.118	9.585	196
Medidor	3.153	648	155	-	(437)	3.209	493
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	6.286	989	71	-	(762)	6.442	918
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	8.395	1.010	5	-	(1.282)	8.118	1.005
Redes Alta Tensão (69 kV)	681	30	160	-	51	602	-130
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	12.073	0	0	0	0	12.073	0
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	9.826	-	314	-	(44)	9.468	(314)
Obrigações Especiais do AIS Bruto	3.810	1.066	234	-	-	4.642	832
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	3.161	1.066	234	-	-	3.993	832
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Originadas da Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

	2016			2015	
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	4,88	49.497	11.606	37.891	25.317
Custo histórico		48.017	10.621	37.396	23.245
Correção monetária especial		-	-	-	-
Reavaliação		1.480	985	495	2.072
Administração	8,49	1.927	365	1.562	1.612
Custo histórico		2.931	829	2.102	2.209
Correção monetária especial		-	-	-	-
Reavaliação		(1.004)	(464)	(540)	(597)
Comercialização	10,25	82	29	53	60
Custo histórico		106	53	53	61
Correção monetária especial		-	-	-	-
Reavaliação		(24)	(24)	-	(1)
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço público de energia elétrica					
Custo histórico		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
		51.506	12.000	39.506	26.989
Em curso					
Geração		-	-	-	-
Transmissão		-	-	-	-
Distribuição		3.241	-	3.241	15.144
Administração		23	-	23	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço público de energia elétrica		-	-	-	-
		3.264	-	3.264	15.144
		54.770	12.000	42.770	42.133

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Depreciação/ Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	710	85	282	-	-	69	1.146
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-
A Ratar	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	-	-	-	-	-	-	-
Material em Depósito	-	-	-	-	-	-	-
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	2.117	-	-	-	-	-	2.117
Total das Adições	2.827	85	282	-	-	69	3.263

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Distribuição	6,67
Barra de capacitores	6,67
Chave de distribuição	3,57
Condutor do sistema	3,57
Estrutura do sistema	4,35
Regulador de tensão	4,00
Transformador	
Administração central	
Edificações	3,33
Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das Permissões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à Permissão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na Permissão.

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Neutralidade da Parcela "A"

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de Permissão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela "A".

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/15	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/16	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não circulante
Demais Ativos Financeiros Setoriais	-	334	-	-	-	334	-	334	334	-
Majoração PS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	-	334	-	-	-	334	-	334	334	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	-	334	-	-	-	334	-	334	334	-

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/15	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/16	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não circulante
Demais Passivos Financeiros Setoriais	1.176	2.106	1.152	126,00	-	2.256	2.112,00	144	2.256	-
Majoração PS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	(31)	200	95	-	-	74	-	74	74	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Devoluções Tarifárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	1.207	1.906	1.057	126	-	2.182	2.112	70	2.182	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	1.176	2.106	1.152	126,00	-	2.256	2.112	144	2.256	-

7. Empréstimos e Financiamentos

Abertura do Endividamento – R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo				
																2017	2018	2019	2020+	Total
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	Selecionar		Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-
Linha 01 (Informar instituição ou linha)	-	-	-	-												-	-	-	-	-
Linha 02	-	-	-	-												-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	254,00	1.633,00	9.385,00	11.272,00	Selecionar		Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	3.231,00	1.500,00	1.480,00	5.140,00	11.351,00
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CH ESPECIAL	-	-	-	-												-	-	-	-	-
SICOOB CREDUIA - CHEQUE ESPECIAL	-	60,00	-	60,00												60,00	-	-	-	60,00
SICOOB CREDUIA	127,00	643	450	1.220,00												753,00	235,00	215,00	-	1.203,00
ITAU UNIBANCO-FINAME BNDES	-	-	-	-												-	-	-	-	-
SANTANDER - CAPITAL DE GIRO	-	-	-	-												-	-	-	-	-
SICRED - CAPITAL DE GIRO	127,00	730	-	857,00												953	-	-	-	953,00
SICRED - CHEQUE ESPECIAL	-	-	-	-												-	-	-	-	-
SICRED - CAPITAL DE GIRO ROTATIVO	-	200	-	200,00												200,00	-	-	-	200,00
SICOOB - CONTRATO 463812	-	-	-	-												-	-	-	-	-
SICRED ENCARGOS	-	-	-	-												-	-	-	-	-
SANTANDER ENCARGOS	-	-	-	-												-	-	-	-	-
BRDE - BNDES AUTOMATICO	-	-	8.935	8.935,00												1.265,00	1.265,00	1.265,00	5.140,00	8.935,00
SICOOB CONTRATO ENCARGOS	-	-	-	-												-	-	-	-	-
Outros (somar as demais)	-	-	-	-												-	-	-	-	-
Dívidas Tributárias (Refis, Paes,...)	-	-	-	-												-	-	-	-	-
União	-	-	-	-	Selecionar		Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-
União 01	-	-	-	-												-	-	-	-	-
União 02	-	-	-	-												-	-	-	-	-
Estado	-	-	-	-	Selecionar		Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-
Estado 01	-	-	-	-												-	-	-	-	-
Estado 02	-	-	-	-												-	-	-	-	-
Município	-	-	-	-												-	-	-	-	-
Dívidas com Fundo de Pensão	-	-	-	-	Selecionar		Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-
Pensão 01	-	-	-	-												-	-	-	-	-
Pensão 02	-	-	-	-												-	-	-	-	-
Dívidas com Agentes do Setor	-	-	-	-	Selecionar		Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-
Renegociação 01 (credor ou encargo?)	-	-	-	-												-	-	-	-	-
Renegociação 02	-	-	-	-												-	-	-	-	-
Mútuos Passivos	-	-	-	-	Selecionar		Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-
Mútuos 01	-	-	-	-												-	-	-	-	-
Mútuos 02	-	-	-	-												-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	Selecionar		Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-
Outros 01	-	-	-	-												-	-	-	-	-
Outros 02	-	-	-	-												-	-	-	-	-
Total por Dívida	-	-	-	-												-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-												-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	254,00	1.633,00	9.385,00	11.272,00												3.231,00	1.500,00	1.480,00	5.140,00	11.351,00
Tributária	-	-	-	-												-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-												-	-	-	-	-
Intra-setoriais	-	-	-	-												-	-	-	-	-
Mútuos (Empresas Relacionadas)	-	-	-	-												-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-												-	-	-	-	-

Abertura dos Ativos Financeiros – R\$ Mil

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pqto Juros	Frequência Pqto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização						
															2T-4T2014	2015	2016	2017	2018	2019+	Total
9	Ativos Financeiros	-	-	624	624										-	-	-	-	-	-	-
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	-	-	624	624	Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-	-	-
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111	-	-	87	87										-	-	-	-	-	-	-
9.1.2	Aplic. Financ. CDB	-	-	537	537										-	-	-	-	-	-	-
9.1.3	Aplic. Financ. Fundos DI	-	-	-	-										-	-	-	-	-	-	-
9.1.4	Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	-	-	-	-										-	-	-	-	-	-	-
9.1.5	Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 01	-	-	-	-										-	-	-	-	-	-	-
9.1.6	Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 02	-	-	-	-										-	-	-	-	-	-	-
9.2	Mútuos Ativos	-	-	-	-	Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-	-	-
9.2.1	Mútuos 01	-	-	-	-										-	-	-	-	-	-	-
9.2.6	Mútuos 02	-	-	-	-										-	-	-	-	-	-	-

Abertura dos Instrumentos Derivativos – R\$ Mil

INSTRUMENTO DERIVATIVOS	Instituição / Contraparte	Data Início	Venci-mento	Custo Ponta Ativa	Custo Pon-ta Passiva	R\$ Mil - Valor Contratado	Fair Value R\$ Mil *
TOTAL DERIVATIVOS						-	-

Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2016	Total 2015
Dívida Bruta	-	1.634	12.296	13.930	12.577
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	1.634	9.294	10.928	11.892
Tributária	-	-	3.002	3.002	685
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-
Intrasetoriais	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-
Intrasetoriais Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Tributária Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Derivativos a Pagar	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros	-	624	-	624	1.255
Alta Liquidez	-	87	-	87	248
Demais Aplicações Financeiras	-	537	-	537	1.007
Derivativos a Receber	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Dívida Líquida	-	1.010	12.296	13.306	11.322

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são demonstrados como segue:

	2016	2015
Ativo circulante		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-
Provisão para perdas em estoque	-	-
	-	-
Ativo não circulante		
Provisão para déficit previdenciário	-	-
Provisão para contingências fiscais	-	-
Provisão para outras contingências	-	-
	-	-
	-	-
	-	-

A Permissionária não provisionou créditos tributários diferidos, sendo o ato cooperativo isento de tributação.

9. Provisões para Litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2015	-	28	2.263	-	-	-	2.291
Constituição	-	-	-	-	-	-	-
Baixas/reversão	-	(4)	-	-	-	-	(4)
Atualização	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2016	-	24	2.263	-	-	-	2.287

10. Obrigações vinculadas à Permissão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à Permissão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço	5,91	1.656	-	-	1.656
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	5,91	1.656	-	-	1.656
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	-	98	-	-	98
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	98	-	-	98
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total	5,91	1.558	-	-	1.558

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2016	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015
Em serviço	1.992	917	-	-	-	2.909	917	-	2.909	1.898
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	1.992	917	-	-	-	2.909	917	-	2.909	1.992
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	(94)	-	-	-	-	(94)	-	234	(328)	(94)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(94)	-	-	-	-	(94)	-	234	(328)	(94)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2016	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015
Em curso	1.263	149	-	-	-	1.412	149	-	1.412	1.263
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	1.263	149	-	-	-	1.412	149	-	1.412	1.263
Ultrapassagem de demanda	575	90	-	-	-	665	90	-	665	575
Excedente de reativos	688	59	-	-	-	747	59	-	747	688
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	3.161	1.066	-	-	-	4.227	1.066	234	3.993	3.161

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

Descrição do bem	em R\$ mil
1. Ultrapassagem de demanda	90
2. Reativos excedentes	59
3.	-
4.	-
5.	-
6.	-
7.	-
8.	-
9.	-
10.	-

Consolidado

Descrição do bem	em R\$ mil
1. Ultrapassagem de demanda	90
2. Reativos excedentes	59
3.	-
4.	-
5.	-
6.	-
7.	-
8.	-
9.	-
10.	-

As principais baixas (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

Controladora	
Descrição do bem	em R\$ mil
1. Desativação	94
2.	-
3.	-
4.	-
5.	-
6.	-
7.	-
8.	-
9.	-
10.	-

Consolidado	
Descrição do bem	em R\$ mil
1. Desativação	94
2.	-
3.	-
4.	-
5.	-
6.	-
7.	-
8.	-
9.	-
10.	-

11. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 10.685 mil, sendo constituído de quotas-partes conforme artigo 14º do estatuto social.

“Art. 14. O capital social da Cermoful é representado por quotas - partes no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, não tendo limite quanto ao máximo, variando conforme o número de cotas subscritas, porém nunca inferior a R\$ 600,00 (seiscentos mil reais)”.

Capital Social

Quotistas	Número de quotas partes em milhares		
	Capital subscrito	Capital à integralizar	Capital à integralizado
Associados	10.701	6	10.695
	10.700	5	10.695

Reservas de Capital

A permissionaria não possui em seu patrimonio líquido registro de reservas de capital.

Reservas de sobras

	2016	2015
Reserva legal	776	776
sobras a realizar	-	-
Reserva para investimentos	6.846	7.531
	7.622	8.307

A reserva legal é constituída com base em 10% da sobra líquida do exercício pela legislação societária.

Ajustes de exercícios anteriores

A permissionária não apresentou em suas demonstrações ajustes de exercícios anteriores.

12. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Fornecimento - Faturado	13.387	13.094	107.163	112.948	46.003	44.250
Residencial	10.683	10.476	26.027	24.773	11.687	10.037
Industrial	798	739	59.620	66.910	25.510	26.323
Comercial	1.066	1.052	12.112	12.080	5.819	5.242
Rural	728	717	3.331	3.190	1.019	879
Poder público	91	91	834	809	419	369
Iluminação pública	6	6	5.080	5.030	1.478	1.336
Serviço público	15	13	159	156	71	64
Suprimento Faturado					-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado					-	-
Consumidores Cativos					-	-
Consumidores Livres					-	-
Encargos de conexão de agentes de geração					-	-
Permissionárias					-	-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado					-	-
(-) Transferências					(149)	(249)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda					(90)	(148)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos					(59)	(101)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias					-	-
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado					(66)	167
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva					-	-
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução					-	-
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Financeiros Setoriais					1.277	67
Serviços Cobráveis					64	60
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					494	505
Total	13.387	13.094	107.163	112.948	47.623	44.800

13. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia

Elétrica- CCEE

Nos exercícios de 2016 e 2015, a Cermoful não efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara

de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

14. Pessoal e Administradores

	2016	2015
Pessoal	7.104	5.836
Remuneração	4.677	3.775
Encargos	1.687	1.599
Previdência privada - Corrente	-	-
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	-	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
Outros benefícios - Corrente	589	284
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	151	178
Administradores	463	365
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	463	365
Benefícios dos administradores	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	7.567	6.201

15. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	2016	2015
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	-	415
Imposto de renda e contribuição social calculados (X% e X%)	-	3
Efeitos fiscais sobre:	-	-
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Encargos capitalizados	-	-
Compensação da CSLL e com a Cofins	-	-
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	418

16. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Permissionária possui somente uma unidade de negócio que é a distribuição de energia elétrica.

Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações por Unidades de Negócio:

Receita da unidade	G	T	D	ANV	Total
Geração - G	-	-	-	-	-
Transmissão - T	-	-	-	-	-
Distribuição - D	-	-	47.623	-	47.623
Atividades não vinculadas - ANV	-	-	-	-	-
	-	-	47.623	-	47.623

17. Revisão e Reajuste Tarifário

17.1. Revisão Tarifária Periódica

A ANEEL submeteu à Audiência Pública nº 19/2011 as metodologias e os critérios gerais para o primeiro ciclo de revisões tarifárias periódicas das permissionárias de serviço público de distribuição de energia.

Após análise das contribuições recebidas, a ANEEL aprimorou as propostas metodológicas e as submeteu à primeira etapa de Audiência Pública, de modo a proporcionar aos interessados a oportunidade de oferecer contribuições adicionais para a metodologia e critérios a serem adotados.

Por fim, a Resolução Normativa nº 537, de 15 de março de 2013, alterada pela Resolução Normativa nº 555 de 27, de junho de 2013, aprovou o Módulo 8.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, o qual definiu a metodologia e os procedimentos gerais para realização do primeiro Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas das Permissionárias de Distribuição de Energia Elétrica - CRTP.

As tarifas, homologadas produziram efeitos retroativos a partir de 28 de setembro de 2014 até 27 de setembro de 2015. Em setembro de 2014, a ANEEL homologou a revisão tarifária da Cermoful através da Resolução Homologatória nº 1.795/2014.

Com base no laudo de avaliação da base de remuneração regulatória a ser encaminhado para análise da ANEEL e nos demais componentes da tarifa atualizados de acordo com a metodologia dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, essa permissionária estima que as tarifas de fornecimento serão aumentadas quando definidas pela ANEEL.

Essa situação somente poderá ser analisada após a opção de aplicação da metodologia do 2º ciclo para as tarifas da Cooperativa. Adicionalmente, por meio da Audiência Pública nº 062/2015, foram discutidas alterações na Estrutura Tarifária das permissionárias, a serem aplicadas em grande parte na próxima revisão tarifária. Essas alterações foram consolidadas na alteração dos Submódulos 8.1, 8.2, 8.3 e acrescentou o Submódulo 8.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aprovado pela Resolução Normativa nº 704, de 28 de março de 2016.

17.2. Reajuste Tarifário Anual

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de permissão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IPCA, ajustado pela aplicação do Fator X, conforme mencionado no parágrafo anterior.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 1963, de 22 de setembro de 2015, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Cermoful cujo reajuste médio foi de 27,50%, correspondendo a um efeito médio de 26,65% percebido pelos consumidores.

17.3. Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das permissionárias vinculados à permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- b) As inclusões entre as data-base do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;
- c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as data-base do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária – base incremental (item b);
- d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e
- e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IPCA, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	31.413
(2) Índice de Aproveitamento Integral	-
(3) Obrigações Especiais Bruta	-
(4) Bens Totalmente Depreciados	769
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	30.644
(6) Depreciação Acumulada	9.266
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	-
(10) Almoxarifado em Operação	94
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	-
Descrição	Valores
(13) Terrenos e Servidões	-
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	22.241
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	4,00%
(18) Quota de Reintegração Regulatória	1.226
(19) WACC real antes de impostos	3,77%
(20) Taxa RGR PLPT	-
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	-
(22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)	838

17.4. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI.

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	1.554
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	389
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	389
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	771
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	21
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	63
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	161
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	245

17.5. Ajuste da Parcela B em Função de Investimentos Realizados

A metodologia aplicada a permissionária não prevê ajuste da parcela B em função dos investimentos realizados.

17.6. Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 10.3 do PRORET, que trata da revisão tarifária das permissionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da Cermoful é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita	Receita	Revisão	Variação	Impacto	Participação
	Último IRT	Verificada		Projetado	na Revisão Tarifária	Receita
	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(%)	(%)	(%)
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)						
1.1. Encargos Setoriais	4.612					12,60
TFSEE	96	-	-	-	-	0,30
CDE	3.600	-	-	-	-	9,80
PROINFA	916	-	-	-	-	2,50
P&D (Eficiência Energética)	-	-	-	-	-	-
1.2. Transmissão	4.870					13,50
Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Rede Básica Fronteira Itaipu	-	-	-	-	-	-
Conexão CUSD	4.870	-	-	-	-	13,50
Outros	-	-	-	-	-	-
1.3. Compra de Energia	7.701					21,40
CCEAR Existente	-	-	-	-	-	-
CCCEAR Nova	-	-	-	-	-	-
Contratos Bilaterais	7.701	-	-	-	-	21,40
Itaipu	-	-	-	-	-	-
2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	18.951					52,50
2.1. Custos Operacionais + Anuidades	15.693	-	-	-	-	43,48
2.2. Remuneração	1.575	-	-	-	-	4,36
2.3. Depreciação	933	-	-	-	-	2,58
2.4. Receitas Irrecuperáveis	32	-	-	-	-	0,09
2.5. Outras Receitas	718	-	-	-	-	1,99
3. Reposicionamento Econômico	1,71%					
4. Componentes Financeiros	-6,67%					
5. Reposicionamento com Financeiros	-5,06%					
6. Financeiros Retirados do IRT anterior						
7. Efeito para Consumidor	-7,13%					

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Cermoful seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Cermoful seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

		2016			2015		
Ativo	Notas	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo circulante		11.887	-	11.887	11.314	-	11.314
Caixa e equivalentes de caixa		624	-	624	1.255	-	1.255
Consumidores	14.1	7.128	-	7.128	7.447	-	7.447
Serviços em curso		1.559	-	1.559	379	-	379
Tributos compensáveis		289	-	289	561	-	561
Almoxarifado operacional		609	-	609	484	-	484
Ativos financeiros setoriais	14.2	334	-	334	170	170	0
Despesas pagas antecipadamente		16	-	16	14	-	14
Outros ativos circulantes		1.328	-	1.328	1.004	(170)	1.174
Ativos de operações descontinuadas							
Bens destinados a alienação	14.3	377	377	-	310	310	-
Ativo não circulante		44.279	-195	44.474	43.984	96	43.888
Consumidores		1.190	1	1.189	1.340	(1)	1.341
Depósitos judiciais e cauções		14	-	14	48	-	48
Tributos compensáveis		182	-	182	310	-	310
Outros ativos não circulantes		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros da permissão	14.1	-	(4.860)	4.860	-	(372)	372
Investimentos		-	(377)	377	-	(310)	310
Imobilizado	14.4	42.769	42.769	-	42.133	42.133	-
Intangível	14.5	124	(37.728)	37.852	153	(41.354)	41.507
Total do ativo		56.543	182	56.361	55.608	406	55.202
		2016			2015		
Passivo	Notas	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo circulante		19.441	32	19.409	17.934	31	17.903
Fornecedores		6.117	-	6.117	5.221	(1)	5.222
Empréstimo e financiamento		1.634	-	1.634	1.484	-	1.484
Obrigações sociais e trabalhistas		843	-	843	771	-	771
Tributos		3.303	-	3.303	3.536	-	3.536
Provisão para litígios		24	-	24	28	-	28
Encargos setoriais		1.096	-	1.096	1.434	-	1.434
Passivos financeiros setoriais	14.1	2.256	32	2.224	1.176	31	1.145
Outros passivo circulantes		4.168	-	4.168	4.284	1	4.283
Passivo não circulante		21.999	-	21.999	17.677	-	17.677
Empréstimo e financiamento		9.294	-	9.294	10.408	-	10.408
Tributos		3.002	-	3.002	685	-	685
Provisão para litígios		2.263	-	2.263	2.263	-	2.263
Outros passivos não circulantes		3.447	-	3.447	1.160	-	1.160
Obrigações vinculadas a permissão		3.993	-	3.993	3.161	-	3.161
Total do passivo		41.440	32	41.408,00	35.611	31	35.580
Patrimônio líquido							
Capital social		10.695	-	10.695	10.688	-	10.688
Outros Resultados Abrangentes		657	(79)	736	1.002	266	736
Reserva de Sobras		7.622	108	7.514	8.307	109	8.198
Sobras a disposição da AGO		(3.871)	121	(3.992)	-	-	-
Total do patrimônio líquido	14.5	15.103	150	14.953	19.997	375	19.622
Total do passivo e do patrimônio líquido		56.543	182	56.361	55.608	406	55.202

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas	2016			2015		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em Continuidade						
Receita / Ingresso	47.623	(3.262)	50.885	44.800	(5.077)	49.878
Fornecimento de energia elétrica	45.788	-	45.788	44.168	-	44.168
Ativos e passivos financeiros setoriais	1.277	-	1.277	67	-	68
Serviços cobráveis	64	-	64	60	-	60
Doações, contribuições e subvenções	494	-	494	505	1	504
Outras receitas vinculadas	-	(3.262)	3.262	-	(5.078)	5.078
Tributos	10.592	-	10.592	10.262	-	10.262
ICMS	10.508	-	10.508	10.188	-	10.188
Pis	15	-	15	13	-	13
Cofins	69	-	69	61	-	61
Encargos - Parcela "A"	7.483	-	7.483	4.292	-	4.292
Pesquisa e desenvolvimento - p&d	148	-	148	159	-	159
Programa de eficiência energética - pee	52	-	52	159	-	159
Conta de desenvolvimento energético - cde	5.502	-	5.502	1.943	-	1.943
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - tfse	76	-	76	70	-	70
Outros encargos	1.705	-	1.705	1.961	-	1.961
Receita Líquida / Ingresso Líquido	29.548	(3.262)	32.810	30.246	(5.077)	35.324
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"	14.994	-	14.994	14.310	-	14.310
Energia elétrica comprada para revenda	9.373	-	9.373	8.268	-	8.268
Encargo de uso do sistema de distribuição	5.621	-	5.621	6.042	-	6.042
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	14.554	(3.262)	17.816	15.936	(5.077)	21.014
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"	14.454	-3.383	19.286	14.745	4.949	21.116
Pessoal e administradores	7.104	-	7.104	6.200	-	6.200
Material	394	-	394	2.360	-	2.360
Serviços de terceiros	2.581	-	2.581	2.700	-	2.700
Arrendamentos e aluguéis	62	-	62	389	-	389
Seguros	31	-	31	34	-	34
Doações, contribuições e subvenções	198	198	-	122	122	-
Provisões	213	213	-	-83	(83)	-
Perdas na Alienação de Bens e Direitos	398	398	-	178	178	-
(-) Recuperação de Despesas	(29)	-29	-	-26	(26)	-
Tributos	103	0	103	80	-	80
Depreciação e amortização	1.727	-121	1.848	1.450	(130)	1.580
Gastos diversos	1.672	-3.194	4.866	1.341	4.511	5.852
Outras receitas operacionais	467	-467	-	567	567	-
Outros despesas operacionais	1.916	-381	2.297	1.731	(190)	1.921
Resultado da Atividade	(1.349)	(121)	(1.470)	27	(128)	(102)
Resultado financeiro	(2.522)	-	(2.522)	(1.503)	0,00	(1.503)
Receita financeiras	818	0,00	818	1.328	0,00	1.328
Despesas financeiras	3.340	0,00	3.340	2.831	0,00	2.831
Resultado Antes dos Impostos Sobre a sobras	(3.871)	(121)	(3.992)	(1.476)	(128)	(1.605)
(-) Contribuição social	0	0,00	0,00	1	0,00	1,00
(-) Imposto de renda	0	0,00	0,00	2	0,00	2,00
Resultado Líquido das Operações em Continuidade	(3.871)	(121)	(3.992)	(1.479)	(128)	(1.608)

Sobras por quotas-parte originada das operações em continuidade

básico - sobras de operações continuadas atribuíveis aos as

-

-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

18.1. Consumidores

Não houve ajustes para o grupo.

18.2. Ativos e passivos financeiros setoriais

Não houve ajustes para o grupo.

18.3. Ativos financeiros da permissão

Os ajustes são decorrentes da contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito de receber indenização. Estes lançamentos foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Na contabilidade regulatória esse valor faz parte do ativo imobilizado.

18.4. Imobilizado

18.4.1 Reavaliação compulsória

Os ajustes são resultantes de aplicação do VNR (Valor Novo de Reposição) advindos do laudo de avaliação do 1º CRT que não é aceito na contabilidade societária.

18.4.2 Depreciação

Os ajustes são resultantes de aplicação do VNR (Valor Novo de Reposição) advindos do laudo de avaliação do 1º CRT que não é aceito na contabilidade societária.

18.5. Intangível

18.5.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajuste no grupo do intangível sendo os valores idênticos a contabilidade societária e regulatória.

18.5.2. Depreciação

Não houve ajuste no grupo do intangível sendo os valores idênticos a contabilidade societária e regulatória.

18.6. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

18.6.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajustes visto que a permissionária não possui obrigações vinculadas a permissão em serviço.

18.6.2. Amortização

Não houve ajustes visto que a permissionária não possui obrigações vinculadas a permissão em serviço.

18.7. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

18.7.1. Ativo financeiro

Não houve efeitos de contabilização de contratos de permissão (ICPC 01).

18.7.2. Ativo intangível

Não houve efeitos de contabilização de contratos de permissão (ICPC 01).

18.7.3. Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do ICPC 01 e OCPC 05, que por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado a permissão, deve ser reconhecido conforme aplicação do IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO e CUSTO DE CONSTRUÇÃO do ativo intangível da permissão.

18.7.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Não foi aplicado nos anos de 2016 e 2015 qualquer remuneração aos ativos financeiros.

18.7.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Não houve registro de ajuste a impostos e contribuições diferidos, visto que a permissionária opera com associados que tem o privilégio fiscal da isenção e também ao fato de apuração de perdas significativas no exercício.

18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2016	2015
Saldos no início do exercício	14.953	19.622
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	150	375
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	(79)	266
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	-	-
Reserva de sobras	229	109
....	-	-
....	-	-
....	-	-
....	-	-
....	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Saldos no fim do exercício	15.103	19.997

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva de Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

Com relação ao destaque da Depreciação da reavaliação Regulatória Compulsória, bem como os efeitos IFRS em outras reservas de capitais, referem-se a reversão da realização da reserva regulatória compulsória ocorrida na Contabilidade Regulatória, revertida conforme regras da Contabilidade Internacional, e conforme orientação dos auditores, representada como diferenças IFRS em outras Reservas de capital.

18.9. Conciliação das sobras líquidas societária e regulatório

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Sobra (perdas) líquido conforme contabilidade societária	(3.992)	(1.605)
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	121	129
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	-	-
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	121	129
...	-	-
....	-	-
.....	-	-
.....	-	-
.....	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Sobras (perdas) líquida regulatório	<u>(3.871)</u>	<u>(1.476)</u>

Depreciação – Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, realizadas no exercício de 2016, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

19. Formação Básica das Notas Explicativas

As notas explicativas da administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis foram redigidas obedecendo rigorosamente a Legislação pertinente e teve autorização para sua divulgação em 25/04/2017 pelo Conselho de Administração, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil as Políticas Contábeis específica para o setor elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil).

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

Aos

Srs. Associados e Administradores da

COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE – CERMOFUL

Morro da Fumaça - SC

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCRs, da **COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE – CERMOFUL**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base nas disposições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE – CERMOFUL**, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de relatórios contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico definido pela Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE – CERMOFUL**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base Contábil de Elaboração das Demonstrações Contábeis Regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 02 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, que foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir os requisitos da Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Conseqüentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros Assuntos

A **COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE – CERMOFUL**, elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os cotistas e administradores da **COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE – CERMOFUL** com data de 13 de Janeiro de 2017.

Rua Vereador Mário Coelho Pires, n.º 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 – São José - SC
Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259.2444 – e-mail: audiconsult@audiconsult.com.br - 2 -

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Responsabilidades da administração e da governança pelas Demonstrações Contábeis Regulatórias

A administração da **COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE – CERMOFUL**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE – CERMOFUL**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

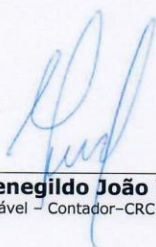
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

Rua Vereador Mário Coelho Pires, n.º 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 – São José – SC
Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259.2444 – e-mail: audiconsult@audiconsult.com.br - 3 -

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 13 de abril de 2017.



Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável - Contador-CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012



Rua Prefeito Paulino Bif, 151
Centro - Morro da Fumaça - SC
0800 643 2616 - 48 3434 8100
www.cermoful.com.br